



Entrevista com o professor José Marques de Melo

Realizada em duas etapas: em 26/02/2015 e 06/08/2015

Pesquisa e roteiro: Alice Melo

Entrevistadores: Ana Paula Goulart e Cláudio Ornellas

Transcrição: Hélio Cantimiro

Edição: Hélio Cantimiro e Cláudio Ornellas



Professor, diga por favor o seu nome, quando e onde nasceu.

Eu sou José Marques de Melo. Nasci no dia 15 de junho de 1943, na cidade alagoana de Palmeira dos Índios. Na verdade, eu só nasci nessa cidade – que é a cidade que teve como prefeito Graciliano Ramos –, mas eu me criei na cidade vizinha, que é a cidade da minha família e dos meus pais, Santana do Ipanema. Uma é chamada de “Princesa do Agreste”, a outra, de “Rainha do Sertão”. É uma disputa entre essas cidades do interior de Alagoas. Por que eu nasci em Palmeira do Índios? Porque meus pais haviam perdido dois outros filhos anteriormente, e minha avó, que era muito inteligente, disse: “Não, o próximo parto que você tiver, você vai para uma cidade que tenha maternidade”. Então, eu fui para Palmeira dos Índios porque tinha maternidade na cidade. Nem foi preciso ir para a maternidade, porque minha avó mesmo fez o parto da minha mãe, com as amigas dela, lá

na casa em que eles moravam. Para vocês entenderem melhor essa questão do meu nascimento: pertencço a uma família conflagrada, porque meu pai é de origem daquelas cepas tradicionais lá do nordeste alagoano e minha avó é descendente de flamengos, portanto de holandeses, da velha tradição holandesa. Então os casamentos na família, de um modo geral, eles são feitos à revelia dos pais. Quando minha avó nasceu, ela já tinha um pretendente para ela. Foi avisado a ela, quando ela se criou um pouquinho, que ela ia se casar com fulano de tal. Então, esse meu nascimento nessa cidade se deu porque minha avó havia perdido o marido alguns anos antes e decidira que todos os primeiros filhos, os primogênitos, deveriam se chamar José. José era o nome do meu avô materno. Ele era uma figura muito interessante da região, chamava-se José Siciliano dos Santos Marques. Ele



casou com a minha avó contrariando a lei da família. Nós somos Van der Ley. Ela já sabia com quem iria casar. Então, ela foi passar umas férias na cidade vizinha, chamada Águas Belas. A minha região, ali, é na fronteira de Alagoas com Pernambuco. E, em Águas Belas, nós temos outro ramo. Nós tínhamos Van der Leys em Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, mais ou menos naquela região toda ali. Ela encontrou um rapaz lá, se engraçou dele, e ele dela. “Vou pedir sua mão em casamento.” Ela disse: “Não adianta você pedir minha mão em casamento, porque meus pais não vão conceder”. E explicou a situação. Ele disse: “Não, mas eu vou.” Ele foi. Em Águas Belas, ele era delegado de polícia, e a gente era dono de cartório. Então, o controle do aparelho de Estado do lado do Direito e do lado da força. Então ele foi à cidade onde minha avó morava. Chamava-se Poço das Trincheiras. O nome já indica bem isso. Quando Maurício de Nassau foi embora de Recife, os ancestrais dele não puderam voltar. Então eles se embrenharam pelo São Francisco e foram chegar nessa região. E lá se estabeleceram e se entrincheiraram para sobreviver. Então, foi em função disso que eu fui nascer em Palmeira dos Índios, porque eu seria o primeiro primogênito. Naquele tempo, não se sabia o sexo das crianças antes. Talvez, se eu fosse uma mulher, tivesse sido abandonada lá na cidade. Mas, como era homem, ia me chamar José. Então, minha avó fez o parto e me levou para a cidade de Santana do Ipanema para morar com os meus pais. Meu pai também, quando foi casar com a minha mãe, a minha avó não deu a mão a ele. Disse que ela não tinha filhos para casar com cachaceiros. Meu pai era boêmio. Ele é de uma família tradicional da cidade, foi uma das primeiras pessoas a ter carro, e ele se movimentava muito na cidade. Naquele tempo, fazia as suas farrinhas. E minha avó ficava indignada com isso. Então, eles vieram morar em São Paulo, depois voltaram para Palmeira dos Índios. Foi quando eu nasci. Então meu nascimento foi uma espécie de pacificação na família. E meu pai, ao voltar para a cidade, construiu uma casa vizinha à nossa, onde nós nos criamos, toda esse parentela dos Marques. Porque nós deveríamos nos chamar Van der Ley Marques. Mas acontece que a minha avó era uma mulher de muita fibra, e ela, quando casou, já casou sabendo que ia contrariar a família. Depois, os Van der Ley foram buscá-la e levaram o meu avô chamado José Siciliano para oferecer o cartório da cidade a ele, de Porto das Trincheiras. Nunca foi uma convivência harmoniosa. Então, ele morreu de enfarte. Depois, evidentemente, de já ter feito 11 filhos na minha avó. Deixou a minha avó com 11 crianças para cuidar. Ela atribuía a morte dele aos parentes, dizia que eles foram culpados do enfarte. Então, o que faz ela? Ela renuncia à parte que tinha na família. Porque todo esse problema dos casa-

“A minha formação é eclética porque, de um modo geral, as opções são feitas pelos colégios religiosos. Meu pai não permitiu que eu fosse para um colégio religioso”

“Eu terminei meu curso fazendo jornalismo à noite, na católica; direito de manhã, na federal; à tarde, eu trabalhava na Sude-ne. Era uma vida realmente muito corrida”



mentos consanguíneos era uma questão de não dividir a propriedade. Os Van der Ley viviam numa gleba muito grande. Então, o que ela faz? Depois que o marido morreu, ela enterrou, pegou os 11 filhos, mudou-se para a cidade vizinha, que chamava-se Santana do Ipanema, onde tinha parentes e amigos. E ali refez a vida dela. Ela montou uma espécie de empresa familiar: as filhas que bordavam e costuravam faziam roupas para fora, as outras que tinham prendas domésticas faziam salgadinhos, os menores iam vender na rua, os maiores trabalhavam no comércio. E assim ela recompôs a vida. Então, nós vivíamos nesse mundo dessa parentela lá em Santana do Ipanema.

Quais eram os nomes de seus pais?

Meu pai chamava-se Leuzinger Alves de Melo e minha mãe, Iveta Marques de Melo. Eles eram comerciantes. Ele comprava do produtor, vendia para o atravessador, para o distribuidor, todos os produtos da economia sertaneja: queijos, manteigas, tudo aquilo que era fabricado. E minha mãe era quem administrava a poupança da família, porque minha avó, eu disse para você já, não queria que eles se cassassem, e com razão, porque meu pai era muito boêmio. Tudo que ele obtinha, comprava. Então, eles vieram morar aqui em São Paulo, passaram um período aqui em São Paulo. Eu tinha uma tia que tinha uma fazenda de banana aqui no Vale do Ribeira. Então minha mãe veio com meu pai, mas minha mãe não se adaptou aqui. Achou que era muito frio, não ia dar certo. Era o tempo da guerra. Ela tinha medo de ir e voltar e o navio ser bombardeado. Então, quando voltaram, eles fizeram um pacto: meu pai ia deixar a boemia e ela ia administrar a poupança da família. Então, ela construiu uma casa. Essa casa que nós morávamos depois foi transformada em hotel, porque, na verdade, eles trabalhavam com o ramo hoteleiro. E a cidade não é como Salvador, mas toda cidade do Nordeste tem a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Então, a cidade de Santana do Ipanema está instalada à margem do Rio Ipanema, que é um rio que nasce em Pernambuco e vai até o São Francisco, deságua no São Francisco. E minha mãe, quando casou, teve que morar com a sogra, mas elas nunca se deram muito bem. Então ela fez um pacto com o meu pai de construírem uma casa e, contrariando o desejo da família, eles não foram morar na parte baixa. Ela comprou um lote muito grande que ficava na parte alta, e ali é que nós fomos criados, nessa parte alta. Então, a questão que você perguntou, os nomes, são nomes tradicionais na região. Meu pai foi bisneto ou tataraneto do fundador da cidade – estancieiros, que foram para o sertão e lá se instalaram. E minha avó recompôs a vida dela com os filhos e tirou o nome da família. Foi ao cartório e todos os filhos que tinham Van der Ley suprimiram o nome. É por isso que nós somos Marques. Ela, na verdade, privilegiou o nome do meu avô. Só que recentemente eu fiz uma descoberta. Meu avô morreu e ninguém tinha notícia dele na família. E minha filha, que é muito curiosa, foi olhar os álbuns da família: “Mas tem todo mundo nesses álbuns e não tem o seu avô”. E perguntava para as minhas tias, que já eram senhoras de idade avançada, e elas se calavam e não queriam comentar. Aí nós achamos que havia algum mistério, porque tinha retrato



de todo mundo, menos do meu avô. E nós perguntávamos para um, para outro: “Você conheceu?”. “Conheci. Não sei descrever a fisionomia dele.” Então, recentemente, eu encontrei um parente nosso que encontrou, lá em Olinda – é um historiador lá de Alagoas –, uma pessoa que havia ido ao enterro do meu avô e perguntou quais eram as feições dele. Ele disse: “Posso dizer? Não vai ter nenhum problema?”. “Não vai ter.” “Ele era moreno.” Então, o problema era que meu avô era mulato. Era uma discriminação racial, nós todos somos louros. E minha filha, que é muito perspicaz – ela é formada pela USP em farmácia e bioquímica –, foi verificando os tipos da nossa família: “Olha, aquele fulano que é meu primo e tem os lábios grossos”. E foi vendo certas características raciais na família, dessa mistura. Então é isso que caracterizou o fato de nós não termos o nome da família. Todos nós somos Marques de Melo. Só um lado da família, o outro não.

A sua avó era uma mulher de fibra.

As mulheres lá são assim, é uma característica das mulheres. Na verdade, nós vivemos lá uma espécie de matriarcado. A mulher tem mais força do que o homem. Mas trata-se de um pacto, eu observei isso. Então, no caso da minha mãe, quando ela resolveu comprar essa gleba e foi construindo a casa onde nós morávamos, ela fazia controle do caixa. Meu pai vendia, trazia, então, a poupança, ela guardava aquilo. Aí dizia: “Precisamos investir nisso”. Tinha uma mentalidade capitalista. Então ela começou a construir casas. A cidade começou a se modernizar: bancos, comércios, escolas. E muita gente chegando e não tinha onde morar. Então ela começou a construir casas para alugar. Eu me lembro que eu tinha mais ou menos 10, 15 anos, por aí, e eles eram donos de uma grande quantidade de imóveis. Minha mãe, inclusive, chegou até a entrar no ramo popular: mandou fazer uma rua de casas perto da margem do rio para alugar para as pessoas, para os empregados que iam trabalhar lá. Então, num certo momento, eu me lembro disso, meu pai era uma das poucas pessoas que tinham rádio na cidade. Ele tinha um rádio possante, rádio de bateria. E ele ouvia a Rádio Nacional diariamente, certos programas. Ele comentou com minha mãe um dia: “Iveta, ontem eu ouvi na Rádio Nacional que vai ser aprovada a Lei do Inquilinato”. Minha mãe perguntou:





“O que que tem nessa Lei do Inquilinato?”. Aí ele disse as características. “É muito bom saber disso. Vamos fazer o seguinte: nós vamos vender as casas que nós temos, porque manter o capital empata-do nos aluguéis e as pessoas agora vão ter uma série de regalias”. Agora, era difícil vender por quê? O pessoal que morava lá era um pessoal de nível médio bem rasteiro, não tinha capital suficiente. Ela disse: “Não, eu vou financiar. Você me paga tanto”. Negociou com todos os inquilinos, vendeu e readquiriu o capital antes da Lei do Inquilinato. Então, foi exatamente nesse momento – eles tinham morado em Palmeira dos Índios e voltavam para Santana do Ipanema – que eles constituíram um hotel. Eu tinha um tio que era um grande comerciante no Recife. Minha mãe disse ao meu pai: “Vá a Recife e converse com o Clóvis para ver o que nós vamos fazer com esse dinheiro, porque ele não pode ficar parado”. Não tinha banco, não tinha nada naquele tempo. Aí o meu tio fez uma análise das condições econômicas da cidade. Ele já tinha experiência comercial. Disse: “Olha, não tem hotel na-quele região. Vocês têm aquele casarão que vocês moram, podem transformar aquilo em hotel”. Foi, então, o que ele fez. Então eles resolveram construir três outras casas na gleba, lá nas proximidades. Morávamos nós numa casa, minha avó na outra e minha bisavó na outra. E meu pai era arrimo de família. Foi, então, nesse casarão que eu me criei, com os irmãos.

Quantos irmãos são?

Depois de mim, foram mais três. Somos quatro irmãos. Eu sou o mais velho. Tenho uma irmã que mora em Maceió hoje e acabou de fazer 70 anos. Se ela estivesse aqui, estaria chateada, porque ela não quer que diga a idade dela. E tenho mais uma irmã, é a mais nova, viúva, vive em Vitória, no Es-pírito Santo. E tem outro irmão, que ficou lá na região, mas morreu dois anos atrás. Então, nós somos três sobreviventes desse ramo da família Marques de Melo.

Qual é a sua formação?

Minha formação? Minha formação é uma formação eclética. Em primeiro lugar, eu estudei em escola pública. Naquele tempo, você não podia estudar senão na escola pública, porque não existiam ou-tras possibilidades. Eu estudei no Grupo Escolar Padre Francisco Correia, que foi instalado em 1936 ou 35 lá na cidade. É um grupo que tinha o ensino primário. E completei, fiz o ginásio. Havia aquela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. O governo federal ia em todas as cidades, movi-mentava a cidade e, com recursos da própria cidade, criava um estabelecimento. E a comunidade que mantinha. Ainda hoje existe isso, é uma rede muito vasta no Brasil inteiro. Essas escolas que eram chamadas de secundárias naquele tempo. Fazíamos cinco anos de primário, quatro de ginásio e três de colegial. Os professores eram bancários, juiz de direito, promotor, delegado... Então nós tínhamos, na verdade, uma boa qualificação do professorado, além, evidentemente, do normal. Eu, por exemplo, não cheguei a terminar o primário. Eu estava na terceira série do primário quando abriu



o ginásio, e uma das professoras disse à minha mãe: “Esse menino tem muito tino para escrever. Manda ele fazer” – tinha o exame de admissão, você tinha que fazer um exame, uma espécie de “vestibulinho” – “o exame de admissão para o ginásio”. Eu estava no terceiro ano, sem completar o quarto. Eu passei no exame, fui admitido no ginásio. Então, quando eu entrei no ginásio, era o único

aluno que ainda usava calça curta. Tem uma fotografia da turma toda, e eu andava de calça curta. Essa questão da calça comprida tem muito que ver com os costumes da terra. Quando você veste a calça comprida, você então virou homem, tem que aprender uma série de coisas que se imagina que não são para uma criança, inclusive se defender.

Como era o nome dessa escola?

Ginásio Santana. Eu até, recentemente, no Ginásio Santana, fui homenageado pelos meus colegas. E fiquei, assim, impressionado como o tempo é cruel com as pessoas. As mulheres, menos, porque as mulheres se embelezam, disfarçam um pouco, mas os homens... Eu digo: “Meu Deus, como esse pessoal está acabado”. Aí a minha filha: “É a mesma coisa que eles estão dizendo de você”. Então, eu estudei o primário nesse Grupo Escolar Padre Francisco Correia; ginásio, no Ginásio Santana. E, ao terminar o ginásio, meu pai vivia um momento em que ele não estava muito bem de finanças. Disse: “Eu não tenho condições de mantê-lo, pelo menos nesse próximo

ano”. Aí o diretor do Ginásio chegou para o meu pai, disse: “Olha, ele tem possibilidade de estudar com uma bolsa”. O Ministério da Educação havia instituído uma série de bolsas para os melhores alunos de cada estabelecimento. Eu tinha tirado as melhores notas. A minha média foi a maior média do quarto ano ginásial. Aí eu fiz a prova – eles aplicavam na cidade – e ganhei a bolsa para estudar em Maceió. Foi graças a essa bolsa de estudos do governo federal que eu fui estudar em Maceió. Então, a minha formação é eclética porque, de um modo geral, as opções são feitas pelos colégios religiosos. Meu pai não permitiu que eu fosse para um colégio religioso.



Por quê?

Porque o meu pai era agnóstico. Não sei bem o que ele era, sei que ele não ia à igreja e não permitia que mamãe fosse à igreja também. Ela tinha seu santuário em casa, um oratório. Todo dia ela se reunia com as criadas, as amigas, e todas iam rezar em casa. Quando papai não estava. Eu nunca conversei muito com ele sobre isso. Ele era maçom também. Então, quando eu fui para Maceió. “Olha, os colégios são esses: Colégio Diocesano, maristas”. “Não, esses aí, não.” Aí ele chamou minha mãe, disse: “Olha, vamos fazer o seguinte, para chegar a um bom termo: você cuida da educação das meninas, pode mandar para as freiras, mas os meus filhos não vão para os padres”. Então eu fui estudar no Colégio Batista Alagoano. Eu tenho uma formação de secundário evangélica. Aliás, agradeço a meu pai, porque foi onde aprendi a ser liberal. Os colégios católicos são muito conservadores, uma educação muito rígida, muito autoritária. Já os evangélicos eram mais flexíveis. Então, eu estudei em Maceió dois anos, no Colégio Batista Alagoano, e no terceiro eu já fui para Recife, com essa bolsa de estudos que eu tinha, para terminar o secundário e prestar vestibular.

Em que ano?

Veja, eu cheguei em Recife em 1960. Fiz o terceiro ano colegial em 1960. Estudei lá no Colégio Americano Batista. Era um colégio de grande tradição em Pernambuco. Era conhecido como o colégio onde Gilberto Freyre estudou, era um dos cartões de visita do colégio. E meu tio comerciante, que o meu pai consultou, ele, na verdade, era uma espécie de general da família. Então, disse: “Você chegou aqui, está estudando no Americano Batista, vai ter que fazer uma visita a Gilberto Freyre”. E, num domingo desses, ele me levou lá para conhecê-lo. Eu, na ocasião, não tinha muita compreensão. Depois é que eu fui ler o Gilberto Freyre todo. Me recebeu, evidentemente, na casa-grande. Então, foi essa a minha formação. Eu, então, fiz o terceiro ano colegial no Colégio Americano Batista e me preparei para o vestibular. A família inteira já havia estabelecido qual iria ser minha profissão. Eu seria engenheiro. Você tinha que fazer uma opção entre clássico e científico. O curso clássico preparava os alunos para as humanidades: letras, história etc.; e o científico, para biológicas e tecnológicas. Então, no terceiro na, já entrei num cursinho. Me matriculei no cursinho da escola de engenharia. Mas eu não suportava química, física e matemática. Era um terror para mim. Apesar de que, outro dia, eu tive um encontro com uma figura que me surpreendeu, um colega que eu tinha em Maceió – em Maceió, eu morava em pensão. Ele disse: “Olha, um dia eu estava lá com uma dificuldade em matemática, e meu pai, que era juiz de direito, disse: ‘Vai lá’” – conversar comigo – “que ele domina bem matemática”. Ele disse que eu dei umas aulas de matemática para ele e ele passou no exame. Essa pessoa, naquela ocasião, era o governador de Alagoas, e eu há anos não o via. Não sabia. Então, como é que eu me encontrei com ele? Ele quis fazer esse agradecimento. Eu digo: “Olha, não



me lembrava disso, não”. Ele juntou no palácio todos os intelectuais da minha cidade, mais de 50 pessoas, para contar essa história da matemática. Voltando: de março a setembro, eu fiz o cursinho de engenharia. Em setembro, eu criei coragem, peguei o ônibus. A gente viajava o dia inteiro: saía do Recife cinco horas da manhã, cinco horas da tarde, seis horas estava chegando lá na cidade. É uma viagem longa. Aí fui enfrentar meu pai e dizer que não ia fazer mais o vestibular de engenharia. Ele esperava que eu fizesse engenharia. Mas, como ele não era muito rígido, disse: “Tá bom. Agora, o que você quer fazer?”. Eu disse: “Quero fazer jornalismo”. Ele disse: “Não, jornalismo, não, você vai arrumar encrenca. E, depois, o seguinte: jornalismo não tem aqui no Nordeste”. Eu tinha que vir para São Paulo ou para o Rio de Janeiro, uma das duas cidades. Não tinha condições de me manter lá. “Então você volta para Recife e presta para direito” – aí já determinou qual era a faculdade que eu ia fazer –, “porque seu avô tem uma banca de advogado aqui, seus tios também. Você vai trabalhar lá com eles.” Eu fui, então, mudei de cursinho. Fui fazer o Curso Torres, que era um curso muito famoso em Recife para direito. Porque é o seguinte: eu não havia estudado latim, não havia estudado literaturas. E o vestibular de direito, naquela época, era um vestibular que tinha, além de português, matemática, essas coisas tradicionais, você tinha que fazer latim, francês, inglês – eram três línguas – e as literaturas. Então eu me matriculei no Curso Torres, fiz um intensivo – que eles chamam “intensivo”. Era outubro, novembro e dezembro. Eu não sei se era em janeiro, por aí. Aí me enturmei lá com o grupo. Foi um período muito duro, porque fazia terceiro ano no Colégio Americano Batista e o de direito. E eu não havia estudado as matérias humanísticas. Então, mesmo em história, eu era fraco. Então, o que eu fazia? Nós formamos uma turma, umas dez pessoas, e passamos um mês estudando para o vestibular, sem dormir. Era muito comum lá uma substância, um remédio. Chamava-se Pervitin. Não sei se ainda existe hoje. Deve ser droga isso. Nós tomávamos a droga, o Pervitin, e passávamos a noite inteira, não tinha problema nenhum de sono. Então eu aguentei esses 30 dias dormindo uma ou duas horas por dia. Fiz o vestibular e tive a surpresa de, mesmo não tendo feito o clássico, ser o segundo colocado no vestibular de direito da universidade federal, evidentemente, porque universidades privadas eram complicadas naquele tempo. Então, eu conquistei o segundo lugar na Faculdade de Direito do Recife. Antigamente era assim: o resultado do vestibular era um grande acontecimento, os jornais publicavam a lista inteira, já evidentemente visando a venda nas famílias. Então os colegas colocaram a página do Diário de Pernambuco no quadro de avisos do colégio, e eu, a única coisa que vi na página foi uma noticiuzinha embaixo. Dizia o seguinte: “A Universidade Católica de Pernambuco vai estabelecer, a partir de agora, o curso de jornalismo”. Eu não tive dúvida: deixei lá o pessoal comemorando o direito, fui para a universidade católica, que era lá perto. Aí procurei informação. Naquele tempo, eram poucas as pessoas, evidentemente, que iam para as escolas privadas. A secretária do reitor que me atendeu. “Eu queria informação sobre esse curso de jornalismo que está sendo criado.” Ela disse: “Não sei de nada ainda, mas o senhor vai ali no guichê tal. Tem um senhor lá. Pede a ele para lhe atender”. Eu fui. O senhor era o Luiz Beltrão.



Ele disse: “Olha, tá vendo aqui? Tem dez pessoas na sua frente. Fique na fila”. Foi pondo ordem na casa. Então, me deu as informações todas sobre o vestibular. Eu disse: “Mas eu não fiz clássico”. “Mas você estude. Vá na biblioteca tal.” Me deu o nome de três bibliotecas públicas onde eu podia encontrar os livros. Então eu me preparei 15 dias para esse vestibular, e passei também no vestibular de jornalismo. Foi para mim uma grande satisfação ter passado no de jornalismo. E eu, então, estava decidido a não fazer direito.

E o interesse pelo jornalismo veio por quê?

Pois é, porque eu, na verdade, quando cheguei em Recife, eu já tinha passado por uma experiência de jornalismo. Meu ingresso no jornalismo não se deu aí. Naquela época, eu já era um jornalista, já tinha ingresso na profissão. Porque, quando eu fui estudar em Maceió, eu tive oportunidade de ocupar um posto no jornal Gazeta de Alagoas. Eu já fazia jornais no colégio, essas coisas, lá no Colégio Batista, jornal da União dos Estudantes Secundários de Alagoas. Surgiu uma vaga de correspondente no interior. Você tinha uma meia dúzia de pessoas nas cidades mais importantes que faziam a cobertura da cidade para o jornal. Então, uma vez por semana, eu ia na cidade, verificava o que tinha acontecido. Porque eles não pautavam, mas tinham mais ou menos ideia do que estava ocorrendo: a festa da padroeira, não sei o quê, comemoração do Sete de Setembro. Sete de Setembro, não, porque em Alagoas, até hoje, não se comemora Sete de Setembro. Em Alagoas, se comemora o dia 16 de setembro, porque foi o dia da independência de Alagoas de Pernambuco. Quando foi feita a divisão, Alagoas, que é a terra de Calabar, foi jogada junto com Pernambuco. Então, ainda hoje, os alagoanos comemoram o 16 de setembro. Parece piada isso, mas não é. Você sabe que eu fui grande amigo do dr. Barbosa Lima Sobrinho, e uma, duas vezes por ano ele me convidava para almoçar na casa dele. Era um ritual. Uma das últimas vezes foi quando ele completou 101 anos. Sabe qual era a pauta da nossa conversa? A independência de Alagoas de Pernambuco. Eu entrava na sala era como se eu fosse um personagem daquela época, e ele contra-argumentando que foi um erro, naquela época, ter separado. Tinha uma colônia que foi para a Bahia. O estado de Pernambuco foi loteado. E, como ele foi governador de Pernambuco, conhecia tudo isso muito bem. Então era engraçadíssimo: eu dando meus argumentos de alagoano e ele dando os argumentos dele de pernambucano. Agora, nós estamos em 2015, e 2017 vai ser o bicentenário da separação, da emancipação política de Alagoas de Pernambuco. Já estão preparando os festejos lá. Há um grande desfile na rua, de escola, todo dia 16 de setembro. E claro que hoje deve existir também no dia 7 de setembro, porque é do regulamento, se tem que cumprir. Mas, do ponto de vista cívico, era uma coisa muito importante. Então, eu comecei as minhas atividades de jornalismo no jornal Gazeta de Alagoas. Uma vez por semana, eu ia à cidade, fazia a cobertura do que estava acontecendo e escrevia um texto e levava para o jornal. No começo, o texto era escrito, o editor corrigia. Depois, ele: “Não, você escreve por-



tuguês muito bem”, e já não canetava mais. Mas parece que as minhas matérias interessavam. Tanto que, logo em seguida, eu fui convidado para assumir o mesmo posto no Jornal de Alagoas. O Jornal de Alagoas era da cadeia de Chateaubriand. Então, foi nesse posto no Jornal de Alagoas que, na verdade, eu aprendi a fazer jornalismo. Porque o editor da Página dos Municípios, chamado Carvalho Veras, era um jornalista de muito prestígio no estado. Ele era professor da universidade federal, diretor do Departamento Estadual de Estatística, e ele realmente canetava as matérias. Eu fazia com folha de papel carbono, entregava para ele. No dia seguinte, ele chamava lá e pá, pá, pá, pá: “Reescreva a matéria”. Foi assim que eu aprendi a fazer jornalismo. Quando eu fui fazer vestibular para a católica, eu já tinha, evidentemente, interesse pela área e tinha lido um pouco sobre jornalismo, mas não tinha me aprofundado muito. Foi a partir da minha entrada na Universidade Católica de Pernambuco, com Luiz Beltrão, que eu, na verdade, tive a minha melhor formação, porque esse curso que Luiz Beltrão criou em Pernambuco, em 1961, se converteu num curso de referência nacional. Luiz Beltrão era um jornalista experiente lá de Pernambuco que trabalhava no Diário de Pernambuco, e depois trabalhou no jornal do Agamenon Magalhães. Tinha muita expressão nacional, porque ele representava o sindicato de Pernambuco na Federação Nacional dos Jornalistas. Isso deu a ele a oportunidade de viajar muito. Ele manejava duas ou três línguas com razoável facilidade. E ele, então, todo ano ia para congressos na Finlândia, em Moscou, em Washington, na China. E ele resolveu, então, fundar o curso de jornalismo em Pernambuco. Ele propôs inicialmente para a universidade federal, mas não conseguiu apoio. Então o reitor da Universidade Católica de Pernambuco, que era o padre Aloísio Mosca de Carvalho, abriu as portas para ele, e ele instalou esse curso lá. Agora estão





se completando 50 anos. Depois, ele criou o Instituto de Ciências da Informação, que fazia pesquisas. E foi aí que eu me formei em jornalismo. Então, ali no Jornal de Alagoas, Carvalho Veras me ensinou a melhorar o texto. Ele pautava mais a matéria. Ele terminou fazendo o seguinte: ele juntava toda aquela meninada que fazia a cobertura das cidades e fazia uma espécie de aula, porque ele canetava um, canetava outro, e todo mundo acompanhava. Quando eu, então, já estava no curso, criou-se em Pernambuco uma edição nordestina da Última Hora. A cadeia de Samuel Wainer estava se desenvolvendo no país inteiro e, como o Miguel Arraes era candidato a governador pela esquerda e todos os jornais eram contra ele, então eles fizeram uma aliança com a família Ermírio de Moraes, e o velho José Ermírio de Moraes, o pai desse que morreu recentemente, foi candidato a senador por Pernambuco pelo PTB. Foi, então, o José Ermírio de Moraes que financiou aí Samuel Wainer a instalar esse jornal. Ele tinha no Rio de Janeiro, que era a principal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Belo Horizonte e Recife. Então, foi aí que eu tive a oportunidade de fazer um estágio com Milton Coelho da Graça. Milton Coelho da Graça era muito jovem naquela época, era do Partido Comunista e trabalhava sob a direção do Múcio Borges da Fonseca. Eram duas figuras completamente diferentes: Múcio Borges era uma pessoa de fino trato e Milton Coelho da Graça, um sargento. E não tinha essa história de ser amigo, não. Porque, na verdade, naquela ocasião, eu já vivia em atividades políticas e militava no Partido Comunista. Conhecia o Milton de lá. Ele passava a pauta. Quando voltava, ele: “Ah”, rasgava, “uma porcaria! Vai para o lixo. Volta e faz assim, assim, assim, assim”. Então aquilo indignava muito aquela geração. Noutro dia, eu encontrei com o Milton lá na ABI: “Você lembra disso?” e tal. Ele disse: “Lembro, lembro”. Continua, na verdade, com o mesmo espírito de antes: “Se não fosse assim, vocês não aprendiam a fazer jornalismo”. Então, existia a pedagogia do grito, que era do Milton Coelho da Graça, e a pedagogia do Luiz Beltrão, que era aquele que preparava. As aulas dele eram aulas eruditas. Ele preparava a aula, escrevia a aula todinha – e dava a pior aula possível do ponto de vista didático, porque ele sentava na mesa, botava aqui o apagador de cigarro, cinzeiro, fumando um cigarro atrás do outro, e aquela maçaroca de textos ali em cima da mesa. Ele ia lendo, ia lendo, ia lendo. E a gente fazia a maior – era uma turma de 40, 50 alunos – a maior algazarra na época. Mas, depois, nós nos demos conta que nós íamos ser reprovados, porque não existia bibliografia. O que ele estava dando ali era uma síntese. Então nós passamos a prestar mais atenção. Apesar de toda a chatice da aula de Luiz Beltrão, a gente tinha que fazer anotações, porque não tinha apostila. Então ele fez o seguinte: para facilitar, ele colocava aquelas aulas dele numa apostila, imprimia numa gráfica e nós comprávamos. A minha experiência no curso de jornalismo foi uma experiência riquíssima, porque foi constituída por professores jovens. Ele, na verdade, teve toda a carta branca da universidade de levar a fina flor da intelectualidade nordestina daquela época. Eu fui aluno de João Alexandre Barbosa em literatura brasileira, Manuel Correia de Andrade em geografia econômica. O melhor professor de história que eu tive foi Amaro Quintas, que era um grande historiador. Fez a história do movimento de 1817 no Nordeste. Então, eram grandes intelectuais que ensi-



navam no curso de jornalismo. E a parte de jornalismo era o Luiz Beltrão que concentrava tudo, porque não tinha ninguém com qualificação naquela época. Mas eu continuei na faculdade de direito. Eu não abandonei a ideia de fazer direito, porque, em primeiro lugar, meu pai disse: “Você tem que fazer direito. Faz direito, porque jornalismo o diploma não vale nada. Direito, você vai ser mais bem aquinhado na sociedade”. Até pelo privilégio de prisão, disso, daquilo outro. Aquele pessoal do interior todinho mandava os filhos fazerem o vestibular de direito para ter algumas imunidades. E a faculdade de direito também foi importante porque eu, na verdade, convivi com a geração que, depois, teve muita participação no país inteiro. Eu fui colega de Marco Maciel, que foi vice-presidente da República; Roberto Freire, que foi senador; e assim por diante, uma série de pessoas que faziam parte daquela geração. E eu, naquele tempo, militava no Partido Comunista e, evidentemente, tinha uma vida muito corrida. Eu estudava de manhã na faculdade de direito. Para me manter na católica, eu tive que trabalhar, porque meu pai disse que não ia me pagar, porque ele não queria que eu arrumasse mais encrenca do que já tinha. Eu, então, prestei concurso para a Sudene. Naquele momento, criava-se em Pernambuco a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, que era uma repartição federal completamente diferente das que havia então, porque essas repartições federais no Nordeste eram panelinhas dos apaniguados. E, na Sudene, Celso Furtado estabeleceu um sistema diferente, que era de treinamento de pessoal e de seleção pelo mérito. Não entrava ninguém por pistolão, entrava pelo conhecimento. Havia uma prova. Então, regularmente, a Sudene fazia duas seleções por ano. O pessoal de nível universitário, que tinha diploma de direito, engenharia, economia, fazia o concurso de técnico em desenvolvimento econômico, e o pessoal que ainda estava fazendo a faculdade fazia concurso para oficial de administração. Foi aí que eu consegui ampliar a minha formação intelectual. Eu passei na prova e fiz um curso de seis meses de duração de introdução à administração pública. Esse curso era dado pelos professores da Fundação Getúlio Vargas. Eles iam do Rio de Janeiro para lá. Só que, nesse momento, havia uma conexão interessante: eles haviam sido contratados, também, por Fidel Castro, para formar a administração de Cuba. Então, ou eles faziam escala em Pernambuco na ida, ou na volta. Então nós fomos treinados por essa equipe da Fundação Getúlio Vargas, que preparou esse curso, um curso intensivo para formar administradores. Foi nesse curso que eu adquiri muitas das ferramentas que eu passei a usar depois, na atividade de administração da universidade. Aprendi a fazer orçamento, administração de pessoal – tudo isso eu aprendi aí. Então, eu terminei meu curso fazendo jornalismo à noite, na católica; direito de manhã, na federal; à tarde, eu trabalhava na Sudene. Era uma vida realmente muito corrida. Hoje em dia, a moçada não enfrenta isso. Eu comia na Casa do Estudante de Pernambuco, porque tinha direito a refeição subsidiada. Então eu morava numa pensão, eram vários colegas. Ia para o Derby, mais ou menos meia hora a pé, tomava café da manhã na Casa do Estudante, ia a pé – naquela ocasião, eu era muito apertado financeiramente, preferia ir a pé – toda a Avenida Conde da Boa Vista, do Derby ao Centro da cidade. Interessante como essa questão de distância muda. Outro dia,



eu fui verificar aquela distância. É tão pertinho hoje, de carro, né? Naquele sol... Fazia esse percurso: ia do Derby até o Centro da cidade, ia para a faculdade de direito, assistia às aulas, almoçava no bandeirão da faculdade de direito, ia para a Sudene, atravessava as pontes para o outro lado da ilha – o edifício da Sudene era no Centro da cidade naquela ocasião –, passava a tarde na Sudene trabalhando. Sete horas, eu já estava na faculdade de jornalismo comendo o sopão dos jesuítas. Às 11 horas, eu estava voltando para casa. Eu chegava, evidentemente, morto de cansado. Quando a gente não ia para alguma farrinha.

O senhor estudou e trabalhou num momento de efervescência política e era militante do Partido Comunista. Como o golpe de 64 impactou a sua vida?

Na verdade, tive um grande envolvimento nessa atividade política de Pernambuco. Quando Arraes assume – eu acabei indo para a campanha de Miguel Arraes para governador –, eu me engajei no Movimento de Cultura Popular. O Movimento de Cultura Popular foi um movimento que Miguel Arraes criou em Pernambuco para reunir jovens, estudantes e intelectuais de várias correntes. Então eram espíritas, protestantes, católicos, comunistas, tinha de todas as correntes. O Movimento de Cultura Popular ocupava um casarão histórico da cidade do Recife, o Sítio da Trindade, onde havia grandes espaços para reunir as atividades de cultura popular. Os reisados, pastoris, tudo aquilo ali era mais ou menos estimulado pela prefeitura. E, nas festas de fim de ano, eles iam, dançavam para o povo. Então, a gente se envolvia com atividades de cultura popular propriamente dita, que eram orientadas pelo Movimento Povo e Cultura, da França. Não esqueça que Miguel Arraes foi governador de Pernambuco, ele enviuvou, tinha dez filhos e casou com d. Madalena, em Paris. A irmã de Miguel Arraes era casada com um diplomata da França chamado Pierre Gervaiseau. Fui do Partido Comunista, mas nunca deixei, também, de militar na Juventude Universitária Católica. Eu mantive sempre essa dupla nacionalidade, que era difícil. Nunca fui alguém muito dentro das regrinhas do jogo, porque eu gostava de ir à missa todo domingo, e os meus camaradas diziam que era um absurdo. Eu dizia: “Mas as meninas mais bonitas do colégio ali das freiras vão na mesma igreja que a gente vai. Por que eu não vou?”.

Seu pai aprovava sua militância política e católica?

Meu pai não acompanhava mais, porque, quando você saía de casa, passava a se sustentar, já tinha sua independência. Ele, evidentemente, aconselhava e tal, mas não influía muito. Eu militava no PCB, na JUC e fazia essa junção no Movimento de Cultura Popular. Então eu trabalhei com Paulo Freire, essa turma toda, Ariano Suassuna, todos eles parte do Movimento de Cultura Popular. Nós éramos jovens. Não era como o CPC da UNE, em que a turma ia para a favela para introduzir responsabi-



lidade política, partidarizar a cultura popular. Em Pernambuco era diferente. A gente entrava em contato com a cultura e a valorizava como estava nas suas características. Isso daí era a orientação desse movimento francês chamado Movimento Povo e Cultura, essa turma toda que trabalhou com o terceiro mundo. E o orientador desse trabalho lá em Pernambuco era uma pessoa muito conhecida internacionalmente. Chamava-se Joffre Dumazedier, conhecido como “o sociólogo do lazer”. Então, Joffre Dumazedier ia muito lá, e alguns outros. Foi com esse pessoal que eu, na verdade, entrei na questão comunicacional. Por exemplo, quando Joffre Dumazedier foi a última vez a Recife, era março de 64. Então, ele foi dar um seminário, e eu monitorei. Eu era muito amigo da Violeta, irmã do Arraes. “Você fala francês bem, vai trabalhar com esse pessoal”. E no mês de janeiro, eu acho, de 64, estava um calor enorme no Recife. Era um grupo de 40, 50 pessoas dentro de uma sala, ninguém aguentava. E o Joffre Dumazedier: “Por que não vamos para debaixo daquela jaqueira ali?”. Deu o curso debaixo das árvores. Foi matéria de jornal. Então, eu ficava monitorando o Joffre Dumazedier, que depois foi meu professor de pós-graduação no Ciespal. Então, era um movimento ligado à cultura, mas com essa orientação francesa. E havia muita disputa dentro do Movimento de Cultura Popular. Eu diria o seguinte: os comunistas eram muito radicais naquela época. Então nós tínhamos várias alas, e eu nunca me enclausurei em nenhuma das duas. Eu era amigo de Paulo Freire e era amigo do Germano Coelho, que era da outra ala. Na verdade, eram vários espaços que se interligavam. Por exemplo: quem foi Germano Coelho? Germano Coelho foi secretário de Educação de Miguel Arraes. Era meu professor na faculdade de direito, ele foi meu professor de economia política na faculdade de direito. Então, quando foi constituir a equipe, fui convidado para ser chefe de gabinete de Germano Coelho. Já foi um dos problemas que eu enfrentei na ocasião, porque eu não era nem de confiança dos comunistas, nem era de confiança dos católicos. Fiquei no limbo. Mas como eu tinha feito esse curso da Sudene, uma espécie de gerencial, e eu me dava bem com essa questão da administração, colocava as coisas muito bem estruturadas, aí então disseram: “Bom, a decisão vai ser tomada. O secretário é quem vai decidir”. Tinha vários candidatos a ser chefe de gabinete. Eu não estava disputando, mas fui cooptado, como se dizia naquela época. Então terminei sendo escolhido por um trio: Norma Coelho, mulher de Germano Coelho, que participava muito do movimento também e que assume essa função; o próprio Miguel Arraes; e David Capistrano, que era, naquela ocasião, dirigente do Partido Comunista lá em Pernambuco, eu tinha muito bom relacionamento com ele. Então, eu fui indicado por essa troica, e não tinha o apoio, evidentemente, das outras alas. Foi muito difícil, porque, quando Arraes assumiu o governo, ele estabeleceu um governo de tipo diferente, mas não podia ser tão diferente. Eu fui para a secretária, assumi com Germano. Germano odiava burocracia. Era um professor irrequieto. Ele dizia: “Por amor de Deus, não deixe eles entrarem na minha sala, eu não aguento”. Então minha função na secretaria, como chefe de gabinete, foi atender a todos os deputados, prefeitos, as demandas todas. E eu era muito certinho. Digo: “Vou atender de acordo com os princípios do governo Arraes”. Então, na área de educação, por exemplo, chega



um prefeito e dizia o seguinte: “Olha, eu tenho aqui um requerimento. Quero que o senhor mande essa professora, diretora do grupo, do sertão, o senhor vai transferir lá para o litoral”. Então era uma coisa inominável, e Arraes tinha prometido que não faria isso. Aí eu dizia: “Não vou atender seu pedido”. Eles ficavam possessos. Eu digo: “O senhor vai lá, conversa com o dr. Arraes. Se ele mandar ordem que é para fazer assim, eu vou fazer”. Mas era um tipo de político muito matreiro. Então, recebia aqueles grupos quase dormindo, ouvia a história toda. A pessoa saía de lá certa de que iria ser atendida. Aí voltava: “Ele não mandou nada ainda”. São coisas meio pitorescas da administração de Miguel Arraes, mas muito interessantes. Por exemplo: pela primeira vez em Pernambuco houve concurso público para professorado estadual. Porque os professores eram todos nomeados: você indicava um parente, um amigo etc. Então foi feito o primeiro concurso. E tinha a questão das provas do interior: como fazer no interior? Porque você mandava as pessoas irem aplicar e, evidentemente, havia muita... Não vou chamar de Operação Lava Jato, mas era alguma coisa parecida com essa. Aí Arraes me chamou lá, disse: “Olha, você é quem vai aplicar no sertão”. “Mas, dr. Miguel, como?”. “Não, eu já arrumei tudo. Eu aluguei um teco-teco. Você vai com as provas no avião. Vão lhe oferecer muitas oportunidades para você se hospedar e tal. O juiz, o deputado. Você diz que tem um compromisso primeiro: vai beijar a mão do bispo.” Já haviam acertado que eu iria dormir na casa do bispo. No dia seguinte, apliquei as provas, o teco-teco já estava me esperando para trazer para Recife, para não ser manietado. Então foi isso, na verdade, que em grande parte desagradou aquela politicagem do Nordeste tradicional, que se pautava pelo filhotismo, por aqueles costumes mais antigos. E foi isso que, na verdade, começou o desenvolvimento das classes trabalhadoras. Porque Arraes não fez grandes modificações. Não podia, na época. Ele aplicava a lei. Por exemplo, a questão trabalhista: ele foi o primeiro governador de Pernambuco que aplicou a CLT no campo. E aplicar a CLT no campo, para os usineiros, era qualquer coisa, assim, absurda. Então, minha experiência foi essa. Tanto que, em 31 de março de 64, eu fui pego de surpresa. As informações que chegavam eram que: “O general Jair Dantas Ribeiro tinha aquela tropa indo... O Exército... O almirante Aragão...”. Essas figuras todas que sustentavam o governo não iriam permitir a derruba. Isso era um castelo de cartas. O 31 de março ocorreu depois da Semana Santa naquele ano, e eu havia decidido que ia tirar uns dias de férias. E fomos, um grupo de amigos, fazer uma excursão pelo São Francisco. Nós fomos, de Recife, de ônibus, fomos até Penedo, que é uma cidade na foz do São Francisco. Havia um naviozinho que fazia o médio São Francisco com o baixo São Francisco, fazia Penedo a Piranhas. A viagem era longa. Hoje, em minutos, você faz de carro. Mas o naviozinho era lento. Paramos em Pão de Açúcar, dormimos em Pão de Açúcar, seguimos para Piranhas. Então, esquecemos o mundo. Eram cinco ou seis pessoas. Evidentemente, eram casais de namorados: eu com a minha mulher, Silvia; Luís Costa Lima com a Zélia; a Liana Aureliano, que depois foi professora da Unicamp. Então, nós ficamos nesse doce far niente. Quando chegamos em Recife, já estava nos estertores. Tanto que eu já nem pude mais ir em casa, me avisaram que a polícia estava esperando lá. Eu tive, então, que desaparecer do



Recife. Eu passei 30 dias sem ir ao Recife. Meu pai mandou me buscar lá. Nós éramos três primos. A gente dividia um apartamento. Então, eles mandaram lá uns dois carros com aqueles empregados de confiança, para a gente passar pelas estradas sem ser parados. Eu sei que eu fiquei, então, 30 dias assim. Até que amainou um pouquinho, aí eu voltei. Quando voltei, fui preso.

Quando isso aconteceu?

Eu já não me lembro. Eu me lembro só de um detalhe muito importante, que é o seguinte: naquela ocasião, a prisão era feita de maneira selecionada. Os intelectuais, pessoas de mais poder aquisitivo eram mais bem tratados. Só os operários, assim, que iam direto para o que chamavam buque. Então, quando eu cheguei em Recife, fui preso, fiquei no Dops. Só que eu tinha um tio que era muito influente lá. Meu tio logo se entendeu com o delegado. Aí ele disse: “Não, diga a ele que ele vai lá, ele vai prestar um depoimento e será liberado em seguida. Quem vai tomar o depoimento sou eu”. Só que ele fez sacanagem. Isso era uma quinta ou sexta-feira. Ele não apareceu lá para tomar o depoimento. O dia inteiro, nada. Seis horas da tarde, os funcionários mudando de plantão, então veio ordem que eu devia ficar na sala do delegado de ordem política e social. Então eu fiquei nessa sala. Meu tio, quando soube que eu não havia sido liberado, falou com o general Muricy, que era amigo dele: dizia que era uma indignidade, que ele havia se comprometido a me levar lá, aquela coisa toda. Mas sabe essas coisas são. Meu tio arrumou um estratagema: “Sabe com quem está falando?”. No dia seguinte, de manhã, ele contratou o melhor restaurante da cidade para levar as refeições para mim. Então, eu tinha dormido na poltrona do delegado de ordem política e social. Fiquei ali algum tempo. Na hora do almoço, café da manhã e do jantar, entravam três, quatro garçons de luvas, uma operação. O pessoal se divertia com aquilo ali. Então, foi dessa maneira que eu não tive grande constrangimento. Mas também não pude ficar em Recife, porque cada IPM que abria eu era convocado para ir. IPM da Sudene, IPM da universidade católica, da universidade federal... Eu não aguentava mais, quando decidi, então, vir embora para São Paulo. E aqui estou há 50 e tantos anos.

Conseguiram falar com o governador Miguel Arraes antes de ele ser preso?

Na volta da viagem, o Luís Costa Lima me disse o seguinte: “Vamos ao palácio ver se estão precisando de alguma coisa”. Fomos eu, ele e João Alexandre Barbosa, que depois veio ser professor na USP. Na entrada do palácio, disseram: “Não entrem, porque o dr. Miguel Arraes já está preso. Aloísio Falcão” – que era o secretário de governo – “mandou avisar para vocês que ficassem no jardim, eles vão jogar alguma coisa de lá”. Aí jogaram uma pedra lá de cima. Era um cassete que Miguel Arraes havia gravado, dizendo que estava sendo preso, uma declaração dele para o povo. Aí nós fomos imprimir aquilo para jogar nas agências internacionais.



E conseguiram?

Conseguimos. Não tinha mimeógrafo, mas como eu era diretor do Movimento de Cultura Popular... Não era mais, já estava exonerado, mas essa ordem não havia chegado lá aos setores inferiores. Eu me apresentei no Movimento de Cultura Popular, me receberam muito bem, disseram: “Professor!”. Eu disse: “Eu preciso de um mimeógrafo. Vamos fazer um trabalho lá com Paulo Freire, na universidade federal. E preciso de um carro”. “Ah, tá aqui, um carro com motorista.” “Não, o motorista não precisa ir, não. Esse rapaz aqui que está comigo” – que era o

“Não entrem, porque o dr. Miguel Arraes já está preso. Aloísio Falcão” – que era o secretário de governo – “mandou avisar para vocês que ficassem no jardim, eles vão jogar alguma coisa de lá”. Aí jogaram uma pedra lá de cima. Era um cassete que Miguel Arraes havia gravado, dizendo que estava sendo preso, uma declaração dele para o povo. Aí nós fomos imprimir aquilo para jogar nas agências internacionais”

Luís Costa Lima –, “ele sabe dirigir bem. Ele é funcionário da federal e vai levar o carro.” Aí nós roubamos – o mimeógrafo e o carro. “Onde fazer isso?” Fomos à federal, lá estava tudo ocupado. Aí João Alexandre Barbosa falou: “Só se for lá em casa”. João Alexandre era filho de um comerciante rico de Pernambuco. Tinha herdado uma belíssima casa envidraçada, e nós fomos para lá. Ficamos a noite inteira com aquele mimeógrafo movido à mão, que tira uma cópia, tira outra. Eu tirava, ia levar na agência France-Presse; tirava outra, e assim fizemos. Na verdade, nós ainda esperávamos que as tropas leais a João Goulart fossem fazer o resgate de tudo aquilo. Nós tínhamos um problema sério: o jipe e o mimeógrafo. Aí ficamos homiziados na casa de umas pessoas conhecidas nossas. A senhora da casa, que era muito expedita, disse: “Vamos manter a calma. Onde é que está o carro?”. “Está ali.” “Vamos lá.” Nós abandonamos o carro num local que era deserto mas não era inseguro. E lá ficou o carro. No dia seguinte, de manhã, a polícia já bateu lá à nossa procura. Aí o Luisinho disse: “Vamos nos entregar”. “Não senhor, ninguém vai se entregar aqui”. Nós estávamos dormindo na sala. “Tira esses colchões daí e vão lá para a outra sala que eu vou atender o pessoal da polícia.” Aquelas damas de Pernambuco. Emperiquitou-se toda, abriu a porta: “O que os senhores querem?”. “José Marques de Melo, Luís Costa Lima e João Alexandre Barbosa.” “Perderam tempo. Eles estiveram aqui, jantaram e foram embora. Mas deixaram aqui, tem essa chave para entregar, de um carro”. O que eles queriam era o carro.

Como e quando se deu sua entrada na vida acadêmica?

Eu diria que a minha entrada na vida acadêmica se deu de maneira absolutamente extemporânea. Eu não planejei ser professor. Eu queria ser jornalista, eu queria ser um grande jornalista: colher fatos,



divulgar. Em suma, eu tinha o complexo do repórter. Mas acontece que o golpe de 64 mudou completamente as nossas perspectivas de vida. Eu via que eu não ia ter condições de fazer reportagens como eu gostaria de ter feito. Até mesmo porque, em 64, eu ganhei meu primeiro prêmio: eu ganhei o Prêmio Esso regional.

Por qual reportagem?

O Prêmio Esso tinha várias categorias. Tinha o prêmio nacional, prêmios regionais e tinha, evidentemente, o prêmio dos iniciantes. Eu não sabia que estava inscrito no concurso. Quem me inscreveu, à revelia, foi Luiz Beltrão. Logo depois do golpe, voltei àquela região onde nós tínhamos passado a Semana Santa. Porque nós tínhamos amigos e parentes que queriam, na verdade, me ver. Naquele tempo, as pessoas desapareciam, né? Então, eu voltei lá à região dessa cidade chamada Delmiro Gouveia. Foi construída pelo industrial brasileiro que fez Paulo Afonso, na cachoeira de Paulo Afonso, e havia uma fábrica na cidade. Então, era uma cidade muito interessante. Quando eu cheguei lá, senti que havia um ambiente diferente na cidade, pelo seguinte: a cidade se alimentava de uma linha férrea que foi instalada no tempo de Delmiro Gouveia, ligando o baixo com o médio São Francisco. Ia de Piranhas até uma cidadezinha em Pernambuco. Passava em três estados. Então, esse ramal ferroviário foi o primeiro a ser desativado naquela onda de desativação daquilo que foi o centro econômico. Quando eu cheguei lá, encontrei essas cidades todas num ambiente de completa desolação. O povo vivia daquilo. O Centro da cidade era quando o trem chegava e parava na estação. Não tinha estação, tinha um ponto. Então criou-se ali um comércio ao redor, a cidade foi crescendo a partir dali. Eu fiz uma matéria bem radical. O texto foi mantido integralmente, mas o título eles mudaram, puseram: *Revolução Cassa no São Francisco Maria Fumaça*. Então, essa matéria foi premiada, e aí eu vi que não ia ter condições de continuar naquele ambiente. Não havia motivação, eu diria até. Coincide que Luiz Beltrão foi para Brasília assumir o cargo de diretor da Faculdade de Comunicação da UnB, e ele um dia me chamou na casa dele. Eu não tinha bom relacionamento com ele. Eu me dava mais com a mulher dele, que foi minha colega de turma. No tempo de faculdade, você se relaciona com os professores de maneira, às vezes, equivocada: ou você se relaciona como capacho, ou então como inimigo, o professor é do outro lado. Mas o Luiz Beltrão era uma personalidade muito complexa. Ela já era famoso, tinha publicado livros etc. E tinha essas viagens que ele havia feito para o exterior. Então, eu ia à casa dele com os meus colegas, a convite de d. Zita —a mulher dele, nossa colega de turma—, mais atrás do lanche que ela dava para os colegas do que propriamente de estudar. Porque, naquele tempo, nós éramos todos mortos da fome. Nós éramos cerca de 30, 40 estudantes de jornalismo. Todos já haviam passado de alguma maneira pela profissão, menos uma meia dúzia de senhoras, que eram candidatas a poetisas, cronistas, contistas, romancistas. Queriam aprender a fazer tudo isso no curso de jornalismo. Todo sábado, íamos na casa de uma delas. Eu passei a ter mais respeito



pelo Luiz Beltrão no dia em que eu cheguei na casa dele e vi um movimento na biblioteca. Eu perguntei à d. Zita: “O que tem aí?”. “Deixa de ser curioso, deixa pra lá”. Aí eu fui olhar, havia três colchões no chão, três pessoas estavam dormindo lá. Quando eu olhei assim, vi Francisco Julião na greta da porta.

Eram três pessoas, os comunistas mais procurados da região, amigos deles. Então eles esconderam ali até que o pessoal foi para as embaixadas. Um dia ele me chamou, disse: “Olha” – não me chamou de professor, porque eu não era professor ainda –, “eu estou indo para Brasília e designei você para assumir as minhas aulas”. “Professor, eu não tenho experiência.” “Adquira experiência.” Então, eu entrei na docência de maneira absolutamente extemporânea. Mas foi uma atividade que me deu prazer no início, porque nós tínhamos estudantes que eram muito curiosos. Eu comecei a dar aula em 1966.

“Eu entrei na docência de maneira absolutamente extemporânea. Mas foi uma atividade que me deu prazer no início, porque nós tínhamos estudantes que eram muito curiosos. Eu comecei a dar aula em 1966”

Onde?

É preciso fazer um desvio antes de responder. Trabalhei na Secretaria de Educação como chefe de gabinete do Germano Coelho. Depois eu fui para o Movimento de Cultura Popular, fui ser diretor administrativo, para administrar os recursos federais que iam para lá. Porque o grande problema naquele momento era que a administração pública era muito, vamos chamar assim, desgovernada, não tinha muita regra. Não ia dinheiro do governo federal para Pernambuco até que o ministro da Educação naquela época, Paulo de Tarso, estabeleceu que ia financiar a campanha Paulo Freire de alfabetização de adultos. Ela foi espreada para todo o Brasil. Porque antes era clandestina, se fazia só com os estudantes, com a UNE. Então, foi oficializada. E para Pernambuco foi o maior volume de recursos, pelo fato de Paulo ser pernambucano e Miguel Arraes estar lá no governo. E a grande preocupação que tinha a nossa turma lá do Movimento de Cultura Popular era como administrar aquilo para não ter furo, não ter problema de escândalo. Isso hoje seria considerado uma coisa absolutamente sem importância. Mas, como eu tinha feito aquele curso de administração que eu mencionei, eu fui ser diretor do Movimento de Cultura Popular. O presidente do movimento naquele momento era Miguel Newton Arraes. Era um médico, primo de Miguel Arraes. Então, foi nesse momento que eu me localizei nessa questão acadêmica. Eu tinha muito relação com os bolsistas, e fui administrar esses recursos. Eu recebia o recurso do governo federal, do governo municipal, e tudo aquilo foi canalizado para implantar a campanha Paulo Freire. A campanha Paulo Freire, na verdade, foi uma campanha muito cara. Por isso que ela não foi inicialmente aceita pelo Movimento de Cultura Popular. Quando Paulo começou a fazer a pesquisa do Poço da Panela, onde ele aplicou pela primeira vez o método que, em 40 horas, alfabetizava um adulto que não tinha sapiência para a leitura, isso



foi, então, matéria na imprensa do país inteiro. Só que, fazendo as contas, se a gente fosse aplicar o método Paulo Freire, nós íamos levar dez ou 20 anos para dar conta dos adultos analfabetos. Então, aí veio uma grande fonte de resistência, de conflito entre os dois grupos católicos do Nordeste: um grupo capitaneado por dom Eugênio Sales, que estava naquele tempo ancorado na Arquidiocese de Natal, e os outros grupos – não vou chamar de radicais – mais, talvez, mais integristas, que queriam levar às últimas consequências o dialogismo de Paulo Freire. O método Paulo Freire é o seguinte: você vai alfabetizar uma comunidade. Então ele estabelecia o seguinte: para o educador funcionar eficazmente, ele tem que primeiro se reeducar. Ele tem que ir à comunidade, educar sua comunidade, para reeducá-la. Então era uma operação que exigia um certo tempo. De um modo geral, os alfabetizadores eram voluntários: estudantes universitários, evangélicos, espíritas, quem quisesse e já tivesse alfabetização. Então eles eram levados à comunidade para estudar o universo vocabular da comunidade. Daí a importância que tem a comunicação no processo de Paulo Freire. Esse é que é o grande diferencial de Paulo Freire em relação às outras campanhas. Então o educador ia lá, monitorado, evidentemente, convivia com a comunidade e levantava as palavras-chaves que a comunidade usava. O processo era montado em função daquela comunidade. Isso exigia, para cada comunidade, um investimento brutal, o que era talvez, num sistema de economia normal, ocorresse sem grandes dificuldades. Mas a turma que estava com Miguel Arraes fez as contas e disse: “Desse jeito, nós não vamos ganhar as eleições”. Ele ainda era prefeito, nessa ocasião. Aí, então, houve a opção: “Vamos adotar o método do dom Eugênio Sales”. Dom Eugênio Sales foi o criador de uma coisa no Brasil chamada MEB, Movimento de Educação de Base. Esse Movimento de Educação de Base inspirou-se numa experiência colombiana da Rádio Sutatenza, que a Igreja Católica promoveu na Colômbia. Então, criou-se uma cartilha de alfabetização. Essa cartilha foi feita com base na cartilha cubana. Duas das educadoras da equipe de Germano Coelho na ocasião, do Movimento de Cultura Popular, foram a Cuba, verificaram como é que estava sendo feito lá e trouxeram as ideias gerais e adaptaram. Então, a cartilha, ela eliminava essa ida às comunidades. E Paulo Freire abominava a cartilha, dizia que cartilha era um método antidialógico. Tinha essa discussão da direção ideológica do processo ou não. Aí há o rompimento: Paulo Freire se distancia do Movimento de Cultura Popular e vai, então, trabalhar no Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco. Então, eu, na verdade, transitava entre o Movimento de Cultura Popular e o SEC, Serviço de Extensão Cultural, por razões até de amizade. Eu era muito amigo do Luís Costa Lima nessa época, nós namorávamos duas irmãs: ele casou com a Zélia, eu casei com a Silvia. Eu sabia o que ocorria numa área e na outra. Mas tive que inventar um estratagema para não ser chamado de espião. Criou-se na verdade, aí, uma linha de separação entre os comunistas mais consequentes do PCB, do Julião, daquelas linhas todas, e um pouco dos católicos de esquerda, os evangélicos, espíritas. Acho que foi o grande erro de 64, em Pernambuco: a turma mais engajada achava que estava entrando num processo de controle da situação política do país e radicalizou. Quem leu um pouco sobre a história



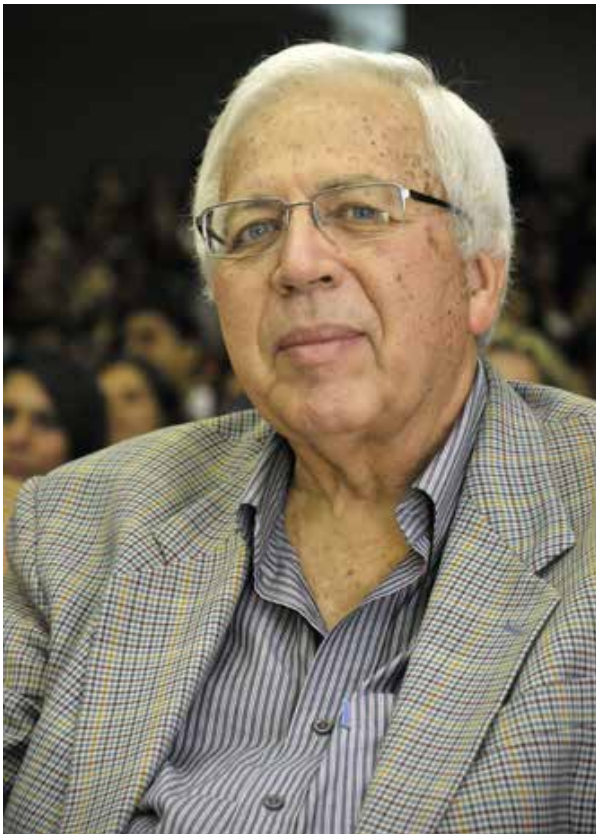
do Brasil sabe que o Luís Carlos Prestes chegou a declarar na imprensa que o Partido Comunista estava já controlando o sistema do Brasil no tempo do João Goulart. Então, Paulo Freire se afastou do Movimento de Cultura Popular, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho. Houve uma grande quantidade de intelectuais que foram, na verdade, jogados à margem. E aqueles que estavam dirigindo o movimento naquela ocasião eram os cariocas que eram importados, Nelson Xavier no teatro, Eduardo Coutinho no cinema, *Cabra Marcado para Morrer*. No fundo, um pouco, a Rede Globo. Eu fiz esse desvio porque ele é importante. Quando Luiz Beltrão me chama para assumir as atividades dele, eu já estava praticamente completamente fora desse movimento intelectual, porque eu havia rompido com o Partido Comunista antes daquela Semana Santa. Em determinado momento, eu fui chamado pela direção do partido lá em Pernambuco para me dizer que eu tinha que executar tais, tais e tais coisas. Eu disse: “Não vou fazer isso, porque isso é uma coisa antidemocrática”. Me lembro muito bem que um dos problemas que eu tive foi: havia uma vaga de diretor do serviço de transporte do Movimento de Cultura Popular, eu mandei fazer a seleção e o departamento de pessoal me trouxe as fichas, e havia um senhor lá que era o mais competente. Aí me chama uma colega que eu não me lembro bem o nome agora: “Não, mas você vai nomear fulano de tal, porque fulano é do partido, ele é que deve assumir a direção”. Aí eu disse: “Não vou nomear”. Voltando a Luiz Beltrão. Eu disse para ele: “Vou fazer uma experiência”. Aí fui para a sala de aula. Eram três ou quatro turmas: 50, 60, cem alunos. Não sei se isso não continua até hoje: o estudante vai para a universidade, ele quer ouvir a preleção do professor, para ele mastigar tudo aquilo, responder na prova e não ter muito trabalho. E eu fui aplicar o método de Luiz Beltrão. O método de Luiz Beltrão, eu disse a vocês, era muito chato naquela leitura dos textos que ele escrevia antes. Mas aquilo implicava em trabalhos adicionais. Luiz Beltrão trabalhava com uma técnica chamada jornal cobaia.

Como esse método funcionava?

Tenho que voltar atrás um pouquinho para explicar para vocês a origem disso. Quando se criou nos Estados Unidos a primeira faculdade de jornalismo, na Universidade de Missouri, na cidade de Columbia, em 1908, o board da universidade disse ao reitor: “Você vai à Europa e veja o que já tem lá”. Eles não iam perder tempo de reproduzir o óbvio. Então, ele veio para a Europa, viu as várias experiências e disse: “Não dará certo nós trazermos de lá para cá”. É aquela diferença: cem anos de universidade para quem não tem experiência nenhuma. Ele disse: “Mas eu cheguei à conclusão de que nós devemos seguir a faculdade de medicina, porque não há nada mais parecido com o jornalismo do que a medicina”. O que significava isso, trocando em miúdos? Depois eu li toda a história da Universidade de Missouri. Ele disse o seguinte: “Olha, a medicina tem dois campos bem definidos. Tem a chamada medicina generalista e a especialista”. Então, ou você ia para um clínico geral, ou para um cancerologista, ou para um médico de fígado. Foi assim que a medicina se estruturou. O



jornal diário é isso. Você tem as primeiras páginas, que são vitrine dos grandes acontecimentos, e tem, evidentemente, as editorias, que são as clínicas especializadas. Então, quando a faculdade de jornalismo começou a funcionar em Missouri, tinha uma coisa que foi a grande diferença do ensino europeu para o sistema americano. Dentro dessa ideia de que nada mais parecido com o jornalismo do que a medicina, ele disse o seguinte: “A medicina não é uma faculdade tradicional, ela é uma faculdade montada em cima de um hospital”. Porque é o seguinte: você faz residência. O que, na verdade, ensina o estudante a aprender a fazer diagnóstico é a residência. Então o coração da faculdade de medicina é o hospital-escola. Ele disse: “Vamos fazer um hospital-escola para o jornalismo”. Então ele montou um jornal diário. E esse jornal diário era exatamente o local onde os es-



tudantes aprendiam. Como colocar professores? Os Estados Unidos não tinham experiência nisso. Ele, então, abriu um edital: “Eu quero cinco professores de jornalismo”. Deu as características: “Não interessa a titulação, interessa a competência”. Foi assim que eles ganharam muita experiência no campo. Então, quem dava as aulas eram jornalistas. E as aulas eram onde? No jornal. Diariamente, os alunos eram pautados, cobriam a comunidade toda, porque o jornal foi feito numa cidade pequena. Não me lembro o nome da cidade agora. Saint Paul, parece. E o que os alunos faziam? Eles faziam aquilo que o Carvalho Veras fez comigo em Maceió, o Milton Coelho da Graça também: rasgavam as matérias, mandavam voltar. Em seguida, eles iam ter aula com os professores das outras faculdades. Então, essa inter-relação já existia entre o que nós chamamos de conteúdo e de forma. Foi um modelo que deu certo, e Luiz Beltrão trouxe esse modelo de lá para Recife. Ele foi à faculdade de medicina verificar lá como as coisas se davam lá no Nordeste.

Então, quando ele entrou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, que antigamente era Universidade do Recife, ele começou pela anatomia, que é o início do curso de medicina. Cada um cuidava do seu cadáver. O que eles faziam nesse período todo? Dissecavam os cadáveres e aí iam encontrando os indícios das doenças, até para fazer terapia etc. Então, ele chamou isso de jornal cobaia. O único livro que existia no país naquela época era o livro do Fraser Bond, editado no Rio de Janeiro pela Agir e traduzido pelo Cicero Sandroni, que está, ainda hoje, na Academia Brasileira de Letras. Excelente manual, aquele.



Mas nem sempre se conseguia acesso àquele manual. E era um manual americano. Então, o Luiz Beltrão estabeleceu o jornal cobaia. Quando começavam as aulas do segundo ano, ele dividia a turma em equipes. Cada equipe tinha um jornal que era a sua cobaia. Então o que ele fazia? Disse-cava o jornal, como se estivesse dissecando um cadáver. Aquilo que hoje chama-se de “exercício crítico do jornalismo”. Nós botávamos todos os defeitos possíveis e imaginários naquilo ali. Ele dizia: “Agora vocês vão no jornal entrevistar quem editou, para saber por que eles fizeram isso”. Então, a gente imaginava que essas decisões eram inventadas pelo anunciante. Na verdade, a maior parte das decisões era tomada por razões práticas. Você tinha que dizer se uma notícia entrava, se outra não entrava. Não tinha nada que ver o dono. Às vezes, tinha. Então, acabou-se com aquele negócio da teoria da conspiração. Nós vimos que a realidade não é tão drástica assim como parece. Então, foi trabalhando com o jornal cobaia que eu me animei a aceitar o convite dele para dar as aulas. Eu tinha um pouco mais de entrada com os alunos, porque eu era quase da idade deles. Eu tinha 20 e poucos anos e, eles, 18, 19 anos. Eu estabeleci minhas turmas com os jornais cobaia, mas fiquei receoso, porque havia muitos agentes da segurança, do Dops, Cenimar. Cada órgão tinha seu controle nas universidades. Aí eu disse: “Não posso ficar aqui, porque, se eu for continuar a fazer isso, eles vão me enquadrar”. Aí resolvi ir embora para São Paulo. Eu, na verdade, só dei aula em Pernambuco seis meses. Mas fui muito bem-sucedido, tive muito sucesso no contato com os alunos. De modo que, quando eu cheguei aqui em São Paulo, eu procurei saber quais eram as possibilidades que eu tinha no mercado de trabalho. Então, aqui existia naquela época a Faculdade Cásper Líbero, estabelecida, àquela ocasião, ainda dentro da empresa, A Gazeta. Porque a Cásper Líbero pertencia a um grupo criado por um empresário de São Paulo, Cásper Líbero, que tinha rádio, jornal – vários jornais. Era um complexo assim tipo o da Globo, na época. Era tão poderoso que ele tinha cinco orquestras sinfônicas funcionando ao mesmo tempo – a empresa estimulava. Toda a parte musical era ao vivo. Então, para o pessoal da cultura paulista daquela época, isso era um grande incentivo. Mas ele não chegou a ver a faculdade estabelecida.

Por quê?

Porque ele foi aos Estados Unidos e viu como funcionava a Universidade de Columbia, isso no final da década de 30. Vou fazer um parêntese aí para dizer: naquele momento, nos anos 30, no Brasil, havia uma oposição fortíssima à cultura americana. A cultura americana era tida na mesma posição da cultura dos países comunistas. Era uma espécie de “contra o materialismo”: o materialismo teórico e o materialismo de fato. Então, Cásper Líbero foi daqueles empresários que os americanos levaram para visitar o país e abrir um pouco a mentalidade. Quem conta tudo isso é Antonio Tota no livro que ele escreveu, nesse último livro, mais interessante, *O Amigo Americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. Rockefeller estabelece essa política de aproximação com a América Latina. Carmen Miranda,



tudo isso está nesse bloco todo. Então, Cásper Líbero vai nessa viagem e vê a escola de Columbia. E a escola de Columbia é uma escola que funcionava com uma doação. Pulitzer, que foi o editor de um dos jornais principais dos Estados Unidos, era um gângster, como todos os donos de jornais naquela época. Todos eles ganhavam dinheiro vendendo aquelas guerras que não existiam, o sensacionalismo barato. Mas a sociedade americana reagiu violentamente, ao ponto de as donas de casa fazerem campanha, vejam vocês, para não comprarem jornal. Então, capitalista é aquele que sabe muito bem mudar de tom quando o mercado não aceita. Então Pulitzer resolveu mudar sua imagem. Ele se baseava já no caso Rockefeller. Rockefeller era outro desses gângsteres capitalistas que depois passaram a ser beneméritos das artes, da civilização, grandes protetores das boas coisas da vida. Ele não mudou nada, quem mudou foi a imagem dele. Ele contratou um jornalista, que disse: “Você precisa mudar sua imagem. Vai ser agora o protetor do museu de artes de Nova York, do hospital não sei de onde”. Então, assim, ele reconstruiu a imagem dele. Pulitzer viu que, se a população deixasse de comprar jornal, como eles iriam sobreviver? Claro que eles mudaram logo a política editorial, e foi quando veio aquela onda contra o sensacionalismo. E ele, então, resolve fazer uma doação de 2 milhões de dólares para instalar uma escola de jornalismo. Porque o que a população dizia era o seguinte: “Temos que formar esses jornalistas, porque as pessoas que trabalham nessas redações são gângsteres como eles”. Foi quando surge esse jornalismo nos Estados Unidos, por pressão da comunidade. Ele, então, resolve fazer essa doação à Universidade de Columbia. Estou fazendo muitas voltas, mas eu quero chegar ao ponto. A pergunta inicial foi relacionada com o jornal cabaia. Cásper Líbero foi aos Estados Unidos e, vendo aquela experiência, teve a premonição de que não iria executá-la. Então ele foi ao cartório e registrou um testamento em que fazia uma doação de toda a fortuna para instalar uma escola com o nome dele. Parece que alguma coisa estava dizendo a ele que ele iria morrer logo. Na semana seguinte, ele foi fazer uma viagem para o Rio de Janeiro – era muito comum a ponte aérea Rio-São Paulo –, e foi até bem protegido: tomou o mesmo avião que o arcebispo de São Paulo, dom José Gaspar. Caía muito avião na Baía de Guanabara. Eram desastres e mais desastres. Até que depois eles conseguiram controlar. Então, Cásper Líbero morre num desses desastres. Acho que foi em 1943. Abre-se o testamento, e a surpresa é que ele havia deixado o dinheiro para instalar a faculdade. Mas cometeu um erro, que foi depois um erro que Chateaubriand também cometeu: doar para os empregados administrarem. A administração foi tão malfeita que eles terminaram perdendo tudo. Hoje, a Faculdade Cásper Líbero mantém a fundação. Foi criada para ser mantida pela Rádio Gazeta, o jornal... Foi tudo desaparecendo. Esse grupo de Cásper Líbero tinha aqui em São Paulo uma hegemonia poderosíssima. Duas horas da tarde naquela época, ou meio-dia, tocavam as sirenes das empresas, e eles jogavam os vespertinos nas ruas. Então a população inteira ia buscar o jornal. Não tinha, também, televisão que alimentasse as informações. Então os jornais eram extremamente dinâmicos. O carro-chefe era a Gazeta Esportiva. Era um jornal que tratava só de esportes e que fazia essa Corrida de São Silvestre, hoje a Globo se apropriou dela.



O começo na Cásper Líbero...

Cheguei em São Paulo e tinha duas possibilidades: a USP estava abrindo a Escola de Comunicações Culturais. Eu cheguei aqui em julho de 66. A escola havia sido criada em junho, um mês antes. Dia 15 de junho de 66 ela foi criada. Então, eu li um anúncio no jornal dizendo que estavam procurando professores. Aí eu fui lá, me apresentei. Me inscrevi, como bom-moço que eu era. Disseram: “Mas o concurso vai demorar”. Aí eu fui à Cásper Líbero. Fiquei impressionado com o ambiente. A Cásper Líbero, naquele tempo, era dominada pelos conservadores católicos de São Paulo. Porque quem implantou foi um amigo do Cásper Líbero que depois se recolheu ao convento dos franciscanos. E a instituição era dominada por essa casta católica conservadora. Eu disse: “Aqui não tenho vez”. Aí fiquei esperando a USP. Mas tudo na vida tem certas coisas que você não sabe explicar. A Silvia, minha mulher, tinha uma tia que morava aqui em São Paulo havia muito tempo. O nome dela era o mesmo: Silvia. Parece hilário, mas não é. Elas são descendentes de uma família que é descendente de franceses e de Briseno Milfont. Os Milfont são um grupo francês e os Brisenos são italianos – que evidentemente devem ter ido lá no início da colonização, casado com aquelas índias. De modo que todas elas parecem mais índias brasileiras do que mestiças. Então, eu vim aqui em São Paulo, e Silvia tinha mandado uma carta para a tia dela. A tia dela, naquela ocasião, havia deixado a vida mundana lá de Fortaleza. Se recolheu a um convento de carmelitas descalças. Então, ela foi a grande chefe aqui das carmelitas descalças em São Paulo. Elas eram donas daquele edifício onde hoje está a PUC. Elas doaram para a PUC se instalar. Finalmente, ela estava já velhinha, num Carmelo, aqui numa cidade próxima chamada Cotia, onde elas tinham uma propriedade que foi doada por uma das irmãs. E viviam ali. Não sei se vocês sabem o que é a vida dessas religiosas enclausuradas. É o seguinte: só entra se tiver dote. Você quer ser carmelita, você tem que ter, digamos, 20 mil dólares num banco. Elas têm que ficar o dia todo rezando, orando. E eu fui conhecer essa senhora cinco anos depois que nós já vivíamos em São Paulo. Foi engraçado: você chegava lá, tinha cortinas. Elas eram proibidas de contato com as pessoas. Aí eu me apresentei, ela disse: “O que você faz, menino?”. Ela, na verdade, era curiosa: já estava no buraquinho lá me vendo. E eu não a via. Se o bispo soubesse daquilo, ela teria sido destituída na mesma hora. Como ela era madre superiora... Eu disse: “Ah, madre, eu sou jornalista, tinha vontade de dar aula aqui”. “Então você vai dar aula lá.” “Mas como?” “Eu sou amiga do diretor da faculdade. Ele frequenta a igreja todo domingo, assiste à missa aqui. Ele tem casa aqui em Cotia.” Veja as coisas como são. Aí me mandou dizer que no domingo seguinte fosse lá que ele ia me receber. Então, as relações de amizade são muito importantes nessa nossa de sociedade. Eu fui, me apresentei, levei a cartinha para ele. Evidentemente, ela disse: “Vá bem-vestido: paletó, gravata”. Como os paulistas se vestiam naquela ocasião. Quando eu vim para cá, para São Paulo, dificilmente você encontrava alguém na rua que não estivesse com paletó e gravata. A população toda engravatada. Eu pensei: “Vou voltar para Recife, lá eu posso andar de mangas de camisa”. E ele



me arrumou um emprego. Ele havia sido diretor da Cásper Líbero. Era irmão daquele que sucedeu o Cásper Líbero na direção. Ele disse: “Você vai amanhã levar essa carta para o atual diretor, professor Clóvis Lema Garcia”. Aí eu fui à Avenida Cásper Líbero – funcionava ali no Centro da cidade ainda –, me apresentei. “Ah, o senhor fez o curso do Ciespal. Então o senhor vai dar teoria da informação.” Aí já me deu uma cadeira. Então foi assim que eu comecei a minha atividade. Então eu juntei um pouco a experiência de Pernambuco e comecei a dar aula na Cásper Líbero.

O senhor ganhou uma bolsa da Unesco antes disso?

Na verdade, minha formação acadêmica mesmo se deu em Pernambuco. Aconteceu o seguinte: em 1961, eu fiz o primeiro ano de direito, o primeiro ano de jornalismo; 62, o segundo ano de jornalismo; em 63, eu devia ter me formado em jornalismo, mas não me formei, para desgosto do Luiz Beltrão, porque ele achava que eu era um bom aluno. Eu disse: “Professor, eu não posso vir aqui. Estou trabalhando no governo, tenho muitas atividades. Não vou conseguir, porque eu não estudei”. Diz ele: “Mas sua frequência aqui está integral”. Toda faculdade tinha sempre aquelas meninas que gostavam dos colegas. Elas, então, assinavam por a gente. E às vezes preparavam até as provas. Na faculdade de direito, eu nunca frequentei algumas disciplinas, porque eu tinha implicância com os professores. Você tem direito civil: você vai com o mesmo professor do primeiro ao último ano. Se você sintonizar com ele, tudo bem; se não sintonizar, está perdido. Então, quando eu não me dava com um professor, eu fazia dependência no ano seguinte, que era exatamente a turma em que estavam as minhas amigas. Eu, Roberto Freire, era um grupo de umas dez pessoas. Era um sistema: você faz prova semestral. Nas provas, nós íamos para a faculdade cedinho. As meninas já estavam lá, tinham estudado, estavam bem preparadas. Elas liam alto para a gente a síntese. Nós entrávamos na prova, tirávamos 10, elas tiravam 5, 6. Era uma covardia. Por quê? Porque nós todos tínhamos mais habilidade discursiva, enrolávamos mais. Pelo menos os professores ficavam mais sensibilizados com essa redação. Porque, direito, é tudo aplicado. Você recebe a questão e tem que abrir o código, ler e aplicar o que está no código. Então, foi assim que eu me tornei professor em São Paulo. Quando eu cheguei na cidade, já tinha diploma de jornalismo, de direito e tinha feito pós-graduação. Eu me formei em jornalismo em 64. Foi engraçado: me casei num dia, no dia seguinte já foi a formatura. Depois daquela viagem que eu havia feito com a Silvia, meu pai ficou perplexo. Logo que eu cheguei, ele foi a Recife me dizer que nós estávamos viajando juntos e que era para casar. Então eu sempre digo: “Eu casei obrigado”. Porque as famílias são muito conservadoras. Não sei se eu teria casado com ela, porque o pai dela era muito rigoroso. Os pretendentes apareciam lá, eram investigados antes. Luís Costa Lima, por exemplo, teve muita dificuldade, porque ele não tinha profissão. Luisinho foi mantido – tinha uma família muito rica –, ele foi mantido sempre estudioso. Aí meu sogro dizia: “Esse rapaz não tem condições de sustentá-la”. Então, logo depois que eu saí da prisão, a minha família e a da Silvia



já resolveram que nós íamos casar naquele ano. Marcaram o casamento para dezembro. Aí coincidiu com a formatura. Então a lua de mel a gente só pôde ter depois que eu me formei.

O senhor ficou preso quanto tempo?

Não sei exatamente. Porque naquele tempo era o seguinte: como a gente era da intelectualidade, tinha proteção. Eu me lembro que havia um plantão. A Silvia ia como os meus primos todos e ficava pelo corredor enchendo o saco dos investigadores para soltarem a gente. Então, quem não tinha proteção ficava lá no buque e passava meses e meses. Mas eu, várias vezes, tive que ir lá, porque eu tinha que dar um depoimento que nunca foi tomado. Então, eu ia e voltava. Aí, no fim, meu tio procurou o general Muricy, e ele ligou para o Alvinho da Costa Lima, que era diretor do Dops. Aí o escrivão disse: “Não, vem cá”, me deu uma folha de papel almaço, “você escreva aí o que você fazia no Movimento de Cultura Popular”. Aí eu fiz: “Eu chego tantas horas, faço isso, faço aquilo”. Fiz uma coisa absolutamente inútil, deixei lá e aquilo ali foi o meu depoimento. Não sei se tem mais alguma coisa que eles devem ter tomado. Naquele tempo, também, eles estavam entrando no poder. Não tinham tanta força quanto têm hoje.

O senhor ia falar da sua pós-graduação.

Pois é. E então, em 64, eu me formei, recebi o diploma de jornalismo. Minha turma devia ter se formado em 63, mas eu não aceitei fazer a prova com os conhecimentos das minhas colegas. Aí frequentei em 64, fiz os exames todos e passei. Foi quando Luiz Beltrão disse: “Olha, você tem muita habilidade para a vida acadêmica. Você deve fazer pós-graduação”. E como naquele tempo era importante você sair de lá – eu era funcionário da Sudene –, aí consegui uma licença para fazer o curso do Ciespal. O curso do Ciespal era um curso de pós-graduação que havia aqui na região. Tinha sido instalado no começo dos anos 60. Você passava quatro meses em Quito assistindo às aulas de professores franceses, belgas, americanos, canadenses, e depois você voltava para defender as teses. Você tinha que defender duas teses: uma teórica e uma empírica. Então, em 65, eu me dediquei a essa pós-graduação terminando a faculdade de direito, que eu evidentemente não frequentava. Quem frequentava eram as minhas amigas. Eu terminei direito no mesmo sistema: elas assinavam. Porque aquele era um sistema muito parecido com a Lava Jato. Tinha bedéis em cada turma. O pessoal passava uma gorjetinha para o bedel, o bedel deixava você entrar, assinar e escapular por uma porta que havia atrás. A tal ponto que havia aulas que tinham só um aluno. Eu me lembro de uma vez que um professor da faculdade de direito, professor Sérgio Loreto – isso faz parte do anedotário da faculdade de direito –, viu um senhor lá muito interessado, anotando tudo, até que uma hora foi lá agradecer a atenção. “Mas, professor, desculpe, eu sou fiscal do Imposto de Renda e vim fazer minhas anotações aqui na sala”. Caiu por terra o castelo do Sérgio Loreto. Então, em 65 eu frequentei a faculda-



de de direito estando no Equador. De modo que, quando eu vim para São Paulo, em 66, eu tinha o diploma de mestre em ciências da informação. Eu havia feito as duas teses: uma sob a orientação de Joffre Dumazedier, que eu tinha conhecido do Recife e foi muito importante na minha formação; e outra sob a orientação de Wayne Danielson, que era professor da Universidade da Carolina do Norte e trabalhava com metodologia da pesquisa em comunicação. Foi com quem eu aprendi a fazer pesquisa de campo. Era tão bem estruturado o Ciespal que você não saía de lá sem fazer pesquisa. Nós tínhamos que entrevistar como o pessoal do Ibope entrevista. Tive que fazer laboratório de dicção para não ser repudiado pelas donas de casa. Então, quando eu cheguei aqui em São Paulo, eu já tinha o diploma de mestre. Isso foi uma grande ajuda que eu tive. Eu havia publicado já um artigo no Recife. Luiz Beltrão me deu essa chance de publicar o primeiro trabalho que eu fiz, fui o primeiro estudante de jornalismo do Brasil a ter trabalho num programa de iniciação científica. Ele resolveu fazer um estudo lá na faculdade nos anos anteriores. Foi publicado com o título de *A Crônica Policial na Imprensa de Recife*. A formação do jornalista, naquela época, era muito sequenciada. Como no jornal você nunca fazia nada sem passar pela polícia, todo jovem que entrasse no jornal tinha que fazer estágio na polícia. Porque a polícia, na verdade, congrega tudo. Era a clínica geral das faculdades de medicina. Direito, medicina legal, tudo isso. Aí, então, eu fiz esse trabalho. Já cheguei aqui com o trabalho publicado e, logo em seguida, consegui que Alberto Dines publicasse nos Cadernos de Jornalismo e Comunicação do Jornal do Brasil o meu outro trabalho, que é um trabalho intitulado *Um Dia na Imprensa Brasileira*. Esse trabalho é um trabalho que eu fiz mimetizando a metodologia de Wilbur Schramm. Foi quem fez *One Day in the World's Press*, em 1955, 56. Eu tinha, então, um plus em relação aos outros candidatos no concurso da USP.

O concurso da USP aconteceu em que ano?

Na USP e na Cásper Líbero eu comecei em 67. Eu cheguei aqui em julho de 66 e não fui trabalhar direto, ainda tinha aquela pretensão de ser o grande jornalista. Aí o que eu fiz? Eu vim para aqui com várias cartas de apresentação, para o sr. Victor Civita e os industriais do jornalismo aqui em São Paulo. Fiz um teste na Editora Abril, passei no teste para trabalhar na revista Realidade. Então estava todo vaidoso. Fui aqui na Galeria Metrópolis, que era o ponto de reunião da intelectualidade da época. Caetano, Gil, Bethânia, esse pessoal todinho frequentava aí. Aí disse para um amigo meu: “Passei na Editora Abril para trabalhar na revista Realidade”. Ele disse: “Para ganhar quanto?”. Aí eu disse: “Tanto”, que para mim era uma fortuna. Eu ia ganhar lá cinco vezes mais do que eu ganhava como funcionário público da Sudene em Pernambuco. Era para mim uma vida de nababo. Ele disse: “Você é tolo”. Essa pessoa chamava-se Aloísio Falcão. Havia sido secretário de governo de Miguel Arraes e estava aqui, já havia algum tempo, trabalhando em uma agência de publicidade que publicava coleções de discos. “Você é tolo. Você vai ganhar muito, você escreve muito bem”. Conhecia



meus textos, às vezes, quando precisava no governo fazer algum texto para mandar, eu era logo chamado lá pelo palácio para ajudar a redigir. Me deu um cartão e disse: “Olhe, vá aqui nessa empresa que estão precisando de um redator de relatório de pesquisa. Você trabalha muito bem com isso”. Me deu aquela força. Eu disse: “Bom, vou ver o que é”. Aí eu peguei o cartão, no dia seguinte telefonei. Logo o diretor me atendeu. Ele estava realmente necessitado de uma pessoa. Era difícil encontrar pessoas que redigissem um relatório de pesquisa legível. Ele disse: “Só vem essa turma de sociologia da USP aqui, que não sabe redigir nada”. Apesar do esforço que Florestan Fernandes fazia, de vincular com o mundo profissional. Me perguntou como foi que eu aprendi. “Eu fui aluno de Wayne Danielson, fui aluno de Malcolm MacLean”, dei o meu currículo. “Ah, muito bem!” Ele era um antropólogo que tinha feito doutorado nos Estados Unidos. Voltou para cá e, evidentemente, não ia estudar os índios do Maranhão nem do Pantanal, porque aquilo não dava dinheiro. Então ele montou um dos primeiros institutos de pesquisa do Brasil. Primeiro foi o Ibope, em 1942; depois veio o Ipom Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado, vinculado às agências de publicidade da França; e ele fundou o Inese, Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. Então, o Inese, na ocasião, era um instituto de vanguarda, porque usava metodologia que fugia do contativismo comum dos levantamentos do Ibope. O Ibope só registrava audiência de rádio, televisão etc. Eu vim, me apresentei a ele. Ele

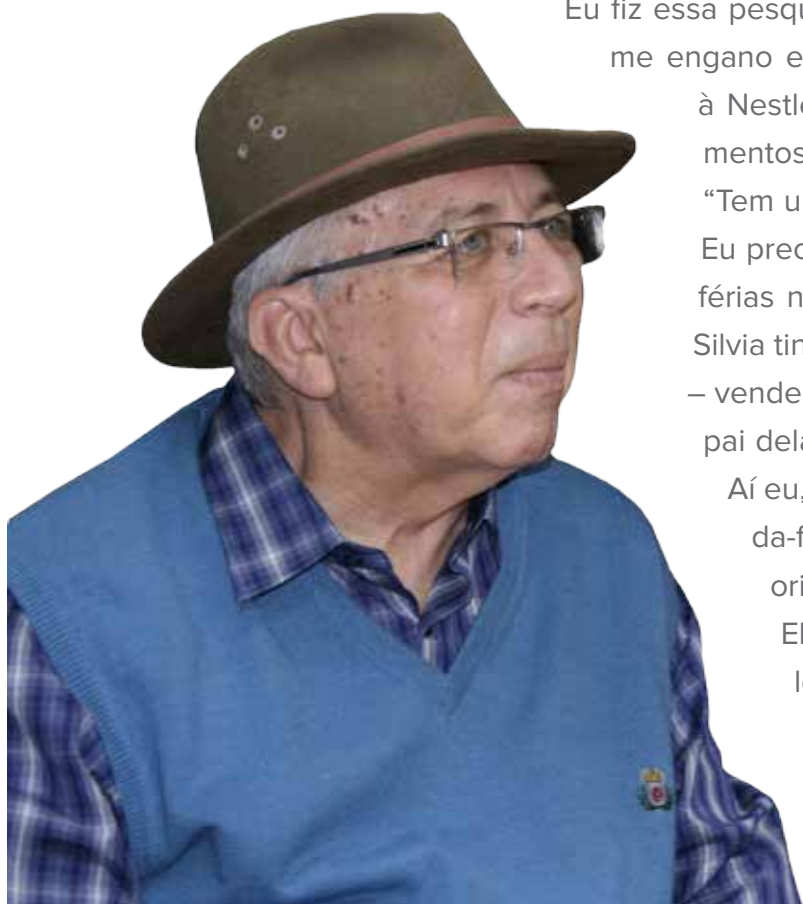
disse: “Olha, vamos fazer um teste. Está aqui essa maçaroca.

Eu fiz essa pesquisa”. Não me lembro sobre o quê, se não me engano era massa de tomate. Ele prestava serviço

à Nestlé, às grandes indústrias, para terem argumentos de venda. Aí eu levei para casa. Ele disse: “Tem um mês para você fazer isso”. Deu um mês. Eu precisava de dinheiro, porque eu tinha pedido férias na Sudene, o dinheiro estava acabando. A Silvia tinha ficado em Recife. Estava me esperando – vendemos tudo que tínhamos –, ficou na casa do pai dela aguardando que eu mandasse chamá-la.

Aí eu, em uma semana, fiz o relatório. Na segunda-feira, eu cheguei lá, ele disse: “Quer alguma orientação?”. “Não, eu já trouxe o relatório.”

Ele quase não acreditou. Aí abriu, começou a ler, disse: “Está contratado. Porque todos os redatores que me aparecem aqui ultimamente, eu tenho que refazer tudo”. Só fez duas ou três observações lá. Eram coisas ligadas à technicalidade de quem





quer convencer o cliente. E aí ele disse: “Você vai ganhar por produção: tanto por relatório”. Era uma fortuna na época. Aí eu disse à Silvia: “Vem embora que a gente já tem dinheiro para ficar”. Mas, em seguida, ele me chamou, dois meses depois. Ficou com medo, porque, naquele tempo, as oportunidades eram muitas aqui no mercado, e você tinha poucas pessoas que tinham preparo para isso. Ele tinha medo que eu fosse chamado pelo Ipom, pelas agências de publicidade para trabalhar lá. Você entra nesse campo, ele é muito competitivo. O nome dele é Octávio da Costa Eduardo, ainda é vivo, deve ter 90 e tantos anos. Ele disse: “Vou ser franco com você: você quer ficar trabalhando comigo?”. Eu disse: “Quero”. “Então você vai ganhar tanto. Traga a carteira de trabalho para assinar sua carteira aqui.” Eu disse: “Eu não tenho carteira de trabalho”. Eu levei três meses para conseguir a carteira de trabalho. Eu me levantava de madrugada e vinha para as filas do Ministério do Trabalho aqui da Rua Major Quedinho, até conseguir uma senha. Levava três, quatro, cinco meses. Nesse período, eu continuei trabalhando lá sem carteira. De modo que, quando eu entreguei a carteira para assinar, ele disse: “Olha, vamos refazer o contrato”. Eu disse: “Como, dr. Octávio?”. Ele disse: “Você vai ser o diretor de pesquisa, você vai assumir”. Triplicou meu salário para me prender lá. “Eu sei que você não quer ficar aqui, porque você quer trabalhar na Abril ou na Folha. A Folha e a Abril são meus clientes, você vai trabalhar preferencialmente para eles.” Então, uma das primeiras missões que eu recebi no Inese foi fazer aquela pesquisa sobre a mulher brasileira. Teve um estouro nas bancas, mas foi censurada. Aquela pesquisa foi uma das mais brilhantes que fizemos. Na verdade, essas agências eram o seguinte: tinha um diretor de pesquisa, um diretor de planejamento, um de tabulação, outro de campo. Eram quatro, cinco pessoas com um monte de horistas, que trabalhavam por produção: tantos questionários você aplicava, tantos você tabulava. Eu comandava uma equipe de redatores. Era o pessoal que vinha de sociologia da USP, eu tentando melhorar a redação, mas era um pessoal muito burocrático. Faziam os textos como se estivessem dando para o Florestan dar nota, para o Fernando Henrique dar nota. Eu disse: “Eu quero que vocês escrevam para o cidadão comum”. Aí, depois, eu passei a contratar o pessoal da escola de jornalismo. Melhorou um pouco a legibilidade.

O senhor trabalhou nessa empresa até quando?

Eu trabalhei nessa empresa uns dois anos: 66, 67. Em 67, a USP finalmente abriu concurso. Mas eu não comecei a trabalhar imediatamente. Ou melhor, eu já trabalhava na USP. Eu visitei a ECA em julho de 66. Em setembro, eu já estava trabalhando voluntariamente. A USP sempre teve esse sistema de professor voluntário. Então, quando eu cheguei aqui, ele disse: “Você foi o melhor currículo que eu tive”. Foi muito franco comigo. Ele disse: “Você vai ter boas oportunidades, fazer carreira aqui, mas eu preciso que você me ajude”. O diretor era um espanhol chamado Julio García Morejón, cate-drático de língua e literatura espanhola na USP, jovem, muito empreendedor, e ele não despachava na cidade universitária. Tanto que, a primeira vez que eu fui à USP, eu me ferrei. Evidentemente eu



não tinha dinheiro para tomar táxi. Uma lama enorme, voltei de lá com a roupa completamente salpicada de lama, e a Silvia teve que lavar no tanque porque eu só tinha um paletó e gravata. Então, eu fui à USP, ele disse: “Você vai trabalhar aqui”. Me deu esperança. Mas tinha concurso, dependia das inscrições. Ele disse: “Olha, há aqui vários outros colegas que já estão me ajudando”. Então eu comecei a trabalhar gratuitamente, voluntariamente. Fiz o vestibular, ajudei a fazer o vestibular. Então, as aulas começaram. A escola foi aberta em 67, primeira turma. Ele disse: “Olha, o concurso saiu, o resultado está pronto: são três os classificados. Você está em primeiro lugar. Em segundo lugar, está o jornalista José de Freitas Nobre”, que era do sindicato aqui, da federação dos jornalistas, vice-prefeito de São Paulo na ocasião. “E, em terceiro lugar, está Flávio Galvão, que é o redator de assuntos militares do Estado de S. Paulo. Este daí, infelizmente, é o que vai ser contratado primeiro, porque o professor Luís Antônio da Gama e Silva, que é o reitor, me pediu para dar prioridade a ele. Porque você é muito jovem” – era um menino naquele tempo – “tem muita competência, mas não vai saber domar uma sala de aula.” Ledo engano deles. A ECA tem uma tradição de escola grevista. Quando começaram as aulas em março, os alunos entraram em greve no primeiro dia. Por quê? Porque havia uma coisa: você tem cem vagas, aqueles que tiverem a nota mínima são todos classificados. Os cem primeiros entram e a lista fica ali na espera. Então, a ECA tinha cem vagas, entraram cem alunos e foram classificados mais cem. Esses outros cem fizeram uma pressão enorme para os alunos não assistirem às aulas, para criar uma turma noturna para eles. Porque os alunos daquela época não eram estudantes normais, já eram pessoas de idade avançada. Só para vocês terem uma ideia: todos os meus alunos no primeiro ano da USP eram mais velhos do que eu, porque já eram pessoas que tinham dupla ou tripla profissão. Então, quando as aulas começaram, nem eu, nem o Freitas Nobre fomos chamados, porque não éramos redatores militares do Estado de S. Paulo. O Freitas Nobre, eu já tinha contato com ele, porque ele era muito amigo do Luiz Beltrão. Ele é cearense e estava aqui já havia alguns anos, muito entrosado. Disse: “Olha, não se preocupe, nós vamos ser contratados. Depois eles chamam”. Ele até me contou um fato hilário, que o outro candidato disse: “Tem aqui um tal dum menino que chegou aí, um tal de nordestino, com aquele sotaque dele”. Ele chegou no primeiro dia de aula, os alunos não quiseram assistir aula com ele. Já sabiam que ele era redator militar do Estado de S. Paulo, e provavelmente a aula que ele deu não foi essas grandes coisas. E eu já tinha uma experiência de aula com os alunos da Cásper Líbero, já tinha dois meses de aula na Cásper Líbero. E lá eu fiz uma revolução. Naquele tempo, a cadeira chamava-se teoria da informação, hoje teoria da comunicação. Porque o Brasil adotou a terminologia francesa. Então, eu fiz o seguinte: eu disse ao diretor: “Eu só posso dar aula disso tendo um centro de pesquisa. Como é que eu posso dar aula de uma coisa que nunca se pesquisou no Brasil?”. Como eu tinha a carta de apresentação do patrono da faculdade, ele fez tudo que eu queria. Ele disse: “Então você vai instalar o centro de pesquisa. Só que não tem espaço aqui na Cásper Líbero”. Então eu fui o primeiro a ir ocupar o edifício da Avenida Paulista quando a fundação estava vindo de lá para cá. Me deram um andar inteiro. Eu



me instalei com salas, funcionários e tudo. E as aulas eram dinâmicas porque eu não ficava simplesmente recitando aquilo que estava nos livros, eu provocava os alunos. E criei cinco grupos de pesquisas. O meu curso foi um curso montado no diagnóstico dos meios de comunicação de massa no Brasil. Fiz uma pesquisa sobre histórias em quadrinhos. Estavam em pleno auge as histórias em quadrinhos. Fiz outra pesquisa, sobre a audiência das telenovelas. Porque havia uma teoria, que as agências de propaganda usavam muito aqui, que dizia: “A telenovela é um produto para mulher. Portanto, só quem vê telenovela é mulher”. Eu desconfiava disso, aí fui fazer a pesquisa. Tive que voltar ao campo três vezes, com a mesma amostra. Na primeira vez, confirmou os dados das agências: só quem via telenovelas eram mulheres. Aí resolvi fazer o seguinte: “Vamos fazer uma entrevista qualitativa”. Também confirmou, elas se preveniam. Na terceira vez, eu tinha aprendido, com um pesquisador que trabalhou muitos anos para a Pepsi-Cola, métodos projetivos: usar o método da psicologia na pesquisa em comunicação. Aí eu fiz uma batelada de testes projetivos, e mostrava a elas, homens, mulheres, crianças por idade: “Se você fosse reconstituir quem estava ontem no grupo...”. “Ah, meu sogro, meu marido, a empregada”. Porque, naquele tempo, os costumes eram muito fechados e telenovela era coisa de baitola. Homem que via telenovela era considerado baitola, num linguajar cearense, né? Então eu reinterpretei os resultados. Isso causou um certo estupor aqui em São Paulo. Primeiro o seguinte: os meus colegas mais bem situados no campo de ciências sociais achavam “um absurdo essa história de estudar o lixo cultural”. Então eles me acusavam de ser o introdutor do lixo cultural na universidade. A universidade era para tratar de coisas sérias: música clássica, literatura erudita, e eu estava estudando quadrinhos, telenovelas. Fiz uma pesquisa, também, sobre o conteúdo dos jornais diários de São Paulo. Outro sobre revistas semanais ilustradas. Aí eu fiz um seminário com os meus alunos, publiquei um livrinho chamado *Erotismo: o Mito da Propaganda*, que era na verdade uma tradução para a realidade brasileira de um livro que havia sido publicado na França por Violette Morin, a primeira mulher de Edgar Morin. O livro circulou, no dia seguinte eu cheguei lá, os alunos disseram: “Professor, confiscaram os nossos livros! Porque estão dizendo que o senhor é agente de infiltração de propaganda”. Como é que eles chamavam mesmo? A capa era uma capa bem singela, tinha uma mulher à la Jayne Mansfield. Bonitinha, a capa, mas não tinha nada. Eles entenderam como pornografia, que eu estava sendo agente da pornografia na Cásper Líbero. Fui chamado pelo diretor, ele me passou um carão, e eu, evidentemente, aceitei de bom grado. E as pesquisas que eu fiz aqui com o pessoal da Cásper Líbero tiveram uma repercussão enorme no país inteiro. No Rio de Janeiro, por exemplo, Raul Lins, que dirigia na Bloch um setor de estudos de comunicação e publicava uma revista chamada *Bloch Comunicação*; Alberto Dines, no Jornal do Brasil, com os Cadernos de Jornalismo e Comunicação; todos eles me pediram para publicar esse texto lá. Eu fiquei famoso da noite para o dia. Tanto que, quando eu cheguei na USP, eu não fui muito bem recebido pela turma que já estava lá, porque eu era acusado de ser o introdutor do lixo cultural na universidade. Então tive que ter muito cuidado com as minhas pesquisas na USP. Eu não pude ter a mesma



abertura que eu tinha na Cásper Líbero. Mas a minha vida na Cásper Líbero durou muito pouco, porque logo em seguida eu constatei que a faculdade era dominada por uma facção de católicos extremados, eles pertenciam à Tradição, Família e Propriedade, TFP. Então, eles me pediram, eu indiquei alguns professores e logo em seguida começou a degola. Primeiro, me chamaram lá para dizer: “Esse professor aqui quem é?”. “Não, foi indicado pelo padre Almeri. Ele veio da Bélgica.” Não me lembro o nome dele. “Isso é um comunista!” Demitiram o professor, aí veio outro, e assim foi. A equipe inteira se desfez. Foi quando, não sei se em maio, a ECA começou suas aulas. Aí o diretor me chama lá e me diz: “Professor, o senhor vai me desculpar. Daquela vez que o senhor esteve aqui...”. Quando eu fui ver o concurso da USP, ele disse para mim o seguinte: “Olha, você ganhou, mas não vai levar. Lamento muito, porque o seu currículo é muito bom. Você é o melhor de todos, mas acontece que o professor Flávio Galvão tem um pedido aí do reitor para priorizar a contratação dele”. Aí disse: “Mas vamos fazer o seguinte: amanhã você vem aqui. Você vai ser entrevistado por um dos membros do CTA, o Conselho Técnico Administrativo da escola”. A Escola de Comunicações era constituída por um grupo gestor de fora, ela não tinha autonomia. Então ela recrutou um professor da faculdade de direito, um da faculdade de medicina, outro da veterinária... Nesse momento, o dr. Alfredo Buzaid, que era um jovem professor da faculdade de direito, estava em ascensão. Eu não sabia nem quem era. Quer dizer, saber, sabia, porque como eu havia sido estudante de direito... Mas ele não era conhecido. Quando eu cheguei lá na sala, que ele me mandou entrar. Ele, muito delicado, parecia uma moça, os gestos delicados, pessoa educada: “Ah, sente, professor” e tal. “Eu vi o seu currículo aqui. O senhor estudou onde?” Eu digo: “Estudei na casa de Tobias Barreto e Castro Alves, que era como chamavam lá a Faculdade de Direito do Recife”. “Você foi aluno de quem em direito comercial?” Não me lembro qual era a matéria que ele dava. Aí eu disse: “Estudei com o professor fulano de tal”. Não sei se era Sérgio Loreto. Era um desses professores da faculdade de direito. “Que livro você estudou?”. Eu disse: “Tinha um manual de um professor aqui de São Paulo, Alfredo Buzaid”. Eu não sabia que era ele, ele também não disse nada. Ele fez uma série de perguntas e eu respondi a todas. Era de direito comercial privado. Então, ele deu um parecer: que era um currículo muito bom, eu tinha muita facilidade de expor, mas era muito jovem, muito imaturo ainda. Mas o outro professor, o Flávio Galvão, os alunos recusaram, não quiseram assistir à aula com ele. E o diretor estava em palpos de aranha. Ele disse o seguinte: “Olha, acontece que eu não vou poder dizer isso a ele. Então, eu faria um apelo a você, que venha para cá”. Porque o Freitas Nobre havia já, nessa ocasião, se encaminhado para fazer o doutorado em Paris, porque havia um processo de cassação dele. Ele era do Partido Socialista Brasileiro. Ficou um ano, dois na França fazendo doutorado. Então só restava a mim. Como eu não estava funcionando bem na Cásper Líbero, comecei na USP. Lá, ele disse o seguinte: “Olha, foi bom para você. Eles preteriram você aqui, no início, mas você começará agora. E havia dois cargos abertos para o departamento de jornalismo: um era de professor-colaborador, em que entrou esse professor, Flávio Galvão; e o outro era regente de cátedra. Foi aí que Alfredo Buzaid



deu um parecer dizendo que eu era muito jovem, tal. Aí passou pelos órgãos colegiados. Eles não tinham, na verdade, outra opção naquele momento. E o diretor era um sujeito liberal, ele tinha muito interesse que eu entrasse lá. Eu não o conhecia, nem ele não me conhecia. Então, também não tinha vida pregressa à vista. Aí eu aceitei o contrato. Ele disse: “Só que tem um detalhe: para você assumir essa cadeira, você vai ser o regente da cátedra de teoria e prática do jornalismo. Você tem que trabalhar em tempo integral”. Eu digo: “O que significa tempo integral?”. “Só pode trabalhar na universidade.” Eu trabalhava no Inese, ganhava muito bem. Aí ele disse: “Quanto é o salário?”. Mandou lá o secretário fazer as contas. Era metade do que eu ganhava lá no Inese. Aí eu cheguei em casa, disse: “Olha, Silvia, tem essa opção aqui”. “Você está fazendo voto de pobreza.” Porque eu saí de um salário, não sei quanto era na ocasião, mas era duas vezes, o dobro do da USP. E, naquele tempo, você sabe que os professores universitários de São Paulo ganhavam muito bem. Nosso salário aqui de professor universitário era regulado pelo salário dos desembargadores. Um professor titular, chamado catedrático, regente de cátedra, ele ganhava igual a um desembargador. Então era bem remunerado. Mas, mesmo assim, quem estava no mercado estava bem melhor do que lá. Foi quando eu, então, assumi lá na USP.

No departamento de jornalismo?

O departamento de jornalismo, que não existia. Então, em 67, a escola passou o ano em crise. Então, eu assumi em 67 o cargo de regente de cátedra de teoria e prática de jornalismo. Fui o mais jovem regente de cátedra de São Paulo, e todo mundo ficou de olho em cima de mim. Primeiro, porque eu era nordestino. Havia um preconceito aqui. Eu tive que fazer aula de dicção para falar *paulistês*. Mas eu não me aborreci com isso, não. Tinha aprendido que você, na vida, tem que enfrentar tudo isso. Aí fui, fiz logo amizade com uma parte da turma. E a minha função, naquele momento, era de instalar o jornal laboratório. Eles queriam que eu estabelecesse aqui um jornal igual ao *The Missourian*. Eu nunca tinha estado nos Estados Unidos até então, mas eu conhecia toda a literatura. Aí eu fiz um projeto, apresentei. Foi como eu me redimi de ser o mais jovem, porque foi muito apreciado o projeto do jornal laboratório pelas altas autoridades de USP. Mas, numa universidade que tem autonomia de gestão, você pode fazer as coisas rapidamente. Na USP, não. Para instalar o jornal laboratório, tinha que instalar uma gráfica, tinha que importar os equipamentos, porque não existiam equipamentos no país. Esse processo é interessante: eu me deparei com um sistema chamado corrupção. Foi aberta a licitação para comprar uma impressora, e eu tinha três ou quatro propostas. A mais cara era da Heidelberg, que era a melhor. E eu dei o parecer favorável. Pedi ao professor de artes gráficas para examinar, ele me disse: “Não vale a pena, você compra essa aqui, que é uma impressora de fundo de quintal e vêm peças contrabandeadas via Paraguai. Eles instalam no fundo de quintal, dão o título de indústria brasileira”. Aí dei o parecer pela impressora Heidelberg, que terminei comprando. No



dia seguinte, me chega lá um senhor bem-apegoado, com uma pasta debaixo do braço, e queria me corromper para eu mudar o parecer. Eu fiquei indignado e disse: “Não vou fazer isso” e tal. “Seus dias estão contados aqui.” Aí, na verdade, me intimidou. Fiz a mesma coisa que eu fiz no tempo de Arraes, quando os deputados chegavam lá, queriam que eu perseguisse o marido da professora ou a mulher do delegado. Aí ele foi para a reitoria. Como eu era regente de cátedra, o regente de cátedra tem toda a autoridade na Universidade de São Paulo. Aí foi homologado, compramos e levou quatro anos para chegar a impressora. Então como é que nós começamos aqui na USP? Em 1968 – isso aí foi em 67 –, eram três professores contratados – o Freitas Nobre havia voltado da França –, eu, Freitas Nobre, Flávio Galvão. E eu pedi mais, disse: “Eu não posso dar aula de teoria e prática do jornalismo se eu não tenho professor de artes gráficas, de diagramação, de fotografia”. Eles me autorizaram a contratar cinco professores. Eu contratei cinco assistentes. Francisco Morel foi trabalhar no processo de impressão, Hércio Deslandes foi trabalhar com diagramação. Aí já tive um problema com o sindicato. Desses cinco, havia dois problemáticos, porque é o seguinte: a nossa categoria de jornalista é muito corporativa. Então tinha que ser jornalista profissional, aquela besteirada toda que predominou durante muito tempo. Eu disse: “Não, não vou aceitar. Porque, senão, o abacaxi fica na minha mão. Não tenho competência para dominar tudo ao fazer um jornal. Eu sei editar, eu sei produzir”. Então, finalmente, eu contratei os cinco professores, e aí o problema começou com Hércio Deslandes, que era o professor de diagramação, e Thomaz Farkas, professor de fotojornalismo. Um era arquiteto e o outro era engenheiro – os melhores professores que jamais tivemos aí na USP. Porque o Hércio Deslandes trouxe uma visão estética da arquitetura, das artes plásticas. Ele é artista plástico, expunha aqui nas bienais, era fantástico. Então, eu contratei o Hércio Deslandes enfrentando um outro problema: ele era adventista do sétimo dia e não dava aula nas sextas-feiras. E, por perseguição, botavam toda sexta-feira à noite para ele dar aula. Eu dizia: “Não, professor, faz o seguinte: deixa para lá. O senhor, antes de sair, assine o ponto. De noite, eu venho, dou minha aula. Na outra semana seguinte, o senhor dá aula no meu horário”. Então fazia-





mos esses arranjos. E o Thomaz Farkas era um grande fotógrafo paulista, que tinha já uma indústria. Ele herdou a Fotoptica, uma empresa de fotografia. Ele era húngaro de nascimento, mas se criou aqui em São Paulo. Precisava de laboratório fotográfico, ele doou. A empresa dele doou o projeto de graça para a USP. Nós, então, instalamos. Os laboratórios fotográficos eram maravilhosos. Mas com esse problema: o sindicato dos jornalistas... Não o sindicato, mas esses corporativos, protestando que nós estávamos desobedecendo à profissão. Então, foi assim o meu início na USP. Quando foi criado o departamento de jornalismo – foi criado no fim de 68, início de 69 –, eu fui automaticamente designado como diretor do departamento, porque eu era o mais titulado. Todos os outros tinham só bacharelado, eu tinha já o mestrado e já estava inscrito no doutorado. Por quê? Porque o sistema da USP era o seguinte: quando você era contratado, você podia ser contratado em tempo parcial, que era o professor de 12 horas; tempo completo, que é de 24 horas; ou tempo integral, que é o de 40 horas. Só que o tempo integral é também de dedicação exclusiva, você não pode ter outro emprego. E o professor Morejón, diretor da escola na época, dizia o seguinte: “Vocês que querem fazer carreira têm que fazer doutorado, para ter legitimidade na área”. Então, me inscrevi em 67 no doutorado. Em 72, eu apresentei minha tese. Eram cinco anos que você levava para fazer a tese. Era o chamado “doutorado francês”, o sistema que funcionava na Europa naquela época. Você apresentava um projeto, com um objeto, você tinha que seguir duas ou três disciplinas que você escolhia. Quando eu apresentei o meu projeto, eu já tinha publicado dois trabalhos, coisa que, naquela época, ninguém tinha aqui. Eu havia publicado o meu trabalho teórico, que chamava-se *Ciências da Informação: Classificação e Conceitos*, e eu fiz uma proposta de classificação das ciências da comunicação. Eu era muito ousado naquela época. Hoje em dia, talvez eu não fizesse mais isso, porque eu não tinha competência suficiente para isso. Mas tinha pouca coisa, pouca literatura. E eu recebi aqui uma visita de um professor americano chamado Raymond Nixon. Foi muito útil para mim. Depois eu fui à França, conheci Fernand Terrou. Eram os dois cobras dessa área. Foi o primeiro presidente... segundo presidente da Associação Internacional de Pesquisa em Mídia e Comunicação. Aí fiz o trabalho, foi publicado, deu uma repercussão boa internacional. E aqui no Brasil? Nada! Porque, naquele tempo, os jornalistas só sabiam fazer nariz de cera, essas coisas, tudo da velharia do jornalismo. Então, eu implantei na USP aquilo que Luiz Beltrão havia pensado para Pernambuco, com mais condições. E, então, eu fui nomeado diretor do departamento, e logo em seguida eu fui processado. Sabe quem me processou? Alfredo Buzaid, aquele que me havia entrevistado.

O senhor fez doutorado na USP mesmo?

Fiz doutorado na USP.

Mas em que departamento?



Eu fiz no departamento de jornalismo, nós já tínhamos doutorado na Universidade de São Paulo havia muito tempo. Então eu defendi no departamento de jornalismo. E o orientador me chamou, disse: “Olha, vou lhe dizer uma coisa: ontem houve uma reunião, eles mudaram sua banca. Mas vou lhe fazer um apelo: você não reaja. Você é muito benquisto aqui na universidade, sua tese é uma tese brilhante. Não reaja a provocações”. Mas eu não tenho estômago para isso. Quando chegou na defesa da tese, esse sujeito me agrediu de tal modo que eu me levantei, protestei e disse: “Eu quero o mesmo tempo que esse senhor teve”. Seriam 30 minutos para arguir e 30 minutos para responder. Ele usou uma hora e meia me atacando. Eu disse: “Eu quero igual tempo”. Foi uma guerra de foice. Ele dizia o seguinte: “O senhor devia ter ido ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo!”. Eu disse: “Não fui à Torre do Tombo porque eu não ia tomar tombo lá coisa nenhuma, lá não tem nenhuma documentação. Eu pesquisei toda a bibliografia de história do Brasil nos arquivos portugueses e não tem nada sobre imprensa. O que eu ia fazer na Torre do Tombo?”. A acusação principal dele era a bibliografia que eu usava. Eu citava Nelson Werneck Sodré, que era um grande comunista. Em suma, o que desqualificava a tese, porque para ele eu não podia citar Nelson Werneck Sodré. Eu disse: “O senhor não leu a tese. Se o senhor tivesse lido a tese, o senhor teria verificado que a minha tese reexamina a teoria de Nelson Werneck Sodré sobre a implantação da imprensa no Brasil e apresenta uma outra opção”. Minha tese chamava-se *História social da imprensa: Fatores Socioculturais que Retardaram a Implantação da Imprensa no Brasil*. Havia duas interpretações na época: ou você fazia os fatores políticos, que era vigente na academia do mundo inteiro; e a tese marxista, que era a de Nelson Werneck Sodré também, que dizia que os fatores econômicos é que tinham determinado. E a tese dele era que a imprensa está relacionada com a burguesia. E eu tentava provar que não existia burguesia no Brasil naquela época, por isso que a imprensa não se instaurou aqui. Eu trabalhei com a teoria da evolução sociocultural de Darcy Ribeiro e de outros antropólogos. Então eu apresentei uma lista de fatores socioculturais, dizendo o seguinte: “Tudo bem, tem que ter fator econômico também, mas não é exclusivo”. Então, a argumentação dele... “Não importa o que ele diga! Esse daí não pode!” Eu digo: “Que história é essa de não poder?”. Aí realmente subi nos meus tamancos. O auditório lotado, tinha cem, 200 pessoas que foram lá em solidariedade. Ele ficou vendo aquela audiência, quis fazer dali o ingresso dele na vida da escola. Eu reagi, respondi: “Se o senhor tivesse lido a tese, o senhor verificaria que eu estou discutindo com Nelson Werneck Sodré a partir de uma outra linha de interpretação marxista da história econômica brasileira, que é Caio Prado Júnior”. Ele disse: “Pior ainda!”. Você veja como a coisa era irracional na época. Resultado: minha tese durou seis horas. E, já de noite, saiu o resultado. “Não fique chateado.” Eu disse: “Chateado com o quê?”. Aí eu tive 9,50 e tanto, 70 e tanto, uma diferença de décimos. “Não me interessa a nota.” No dia seguinte, saiu em todos os jornais do Brasil que eu tinha feito a primeira tese de doutorado. Então eles achavam que era uma orquestração para me promover porque eu havia sido processado pelo 477. Mas a raiva maior que ele teve não foi essa. Terminada a defesa, aqui na USP havia um sistema que era o seguinte: você



oferece um jantar à banca em recompensa pelo trabalho que a banca teve de ler o seu trabalho. Claro, não só ler, mas depois eles faziam as apresentações. A Sílvia estava grávida do meu segundo filho, Marcelo, com quase nove meses, barriga grande. Aí ela foi lá entregar o cartãozinho para os membros da banca, dizendo: “Hoje é dia de um jantar lá em casa”. Ela mandou fazer para 200 pessoas. Lotou. Nós morávamos numa vila aqui em São Paulo. Aí esse senhor, Manuel Nunes Dias: “D. Sílvia, a senhora esqueceu de me dar”. Ela disse: “Eu não dei porque o senhor não é convidado”. Ele ficou possesso da vida, disse que foi destrutado. Então, foi nessa época que papai disse: “Saia do país”. Fui o primeiro bolsista de pós-doutorado da área na Fapesp. Foi uma dificuldade, porque não existia ninguém para dar o parecer. O próprio diretor científico da Fapesp deu o parecer, um físico chamado Oscar Sala. Ele deu o parecer, e então eu passei um ano nos Estados Unidos. Então esperava que, chegando aqui, tivesse amainado. Mas continuaram. De modo que eu cheguei aqui, parece que em julho, e em agosto ou setembro eu sou chamado na sala do diretor. Ele, cinicamente, me faz esperar meia hora e aí diz: “Lamento dizer que o senhor foi demitido”. Eu digo: “Por que fui demitido? Eu não posso ser demitido, eu tenho um atestado do ministro da Educação de que eu não sou subversivo. Quando ele disse que eu não podia ser classificado no decreto 477, ele me deu a absolvição. Sou uma das poucas pessoas no país que têm atestado de idoneidade ideológica”. Ele disse: “Ah, não posso fazer nada, foi o reitor que baixou a portaria”. Aí eu disse: “Eu vou lá falar com o reitor”. “Não faça isso, não.” Me dissuadiu. “Vai ser pior para o senhor.” Eu disse: “Deixa que eu sei fazer”. Eu não tinha acesso à reitoria, mas o professor Antonio Candido sempre foi muito generoso aqui na USP: foi lá, pediu ao reitor para pelo menos me ouvir. O reitor disse o seguinte: “Eu não posso ouvi-lo aqui, porque vai ser pior para ele e para mim”. Eu fiquei assim, como fosse uma figura indesejável na universidade. Aí, finalmente, através de amigos comuns, ele terminou me recebendo na casa dele uma noite. Marcou para eu ir lá. E conto a vocês que eu fiquei perplexo com aquela figura. Fiquei com pena. Porque eu saí de lá quase absolvendo ele. Era um verme humano: “Eu não tive o que fazer, professor. Eu recebi aqui uma lista de dez pessoas para demitir”. E eu não era um dos primeiros dentro da lista: Marilena Chaui, Pedro Paulo Salles... Dez pessoas. Jean-Claude Bernardet... E eu fui o único cassado. Por quê? Porque eu não tinha retaguarda em São Paulo. Aí vem uma coisa importante aqui na vida de São Paulo naquela ocasião: quem tinha bom relacionamento conseguia se safar dessas coisas. Aquela coisa que meu tio fez lá em Pernambuco. E eu aqui desprotegido, ninguém buliu por mim. Eu fui o primeiro a ser mandado embora. E aí eu consegui um amigo comum e fui à Operação Bandeirantes. Isso lá no II Exército, onde tinha ido ver meu processo. Aí tinha lá as acusações: “Dia tal, na sala de aula, pregou isso ou aquilo”. Estava nos Estados Unidos, como podia estar nesse dia fazendo tal pregação? Foi quando eu saí da USP. Passei cinco anos sem trabalho, porque eu não podia dar aula, fazer conferência, fazer parte de banca em universidade pública. E, nos lugares em que eu ia aqui em São Paulo, eles iam atrás. Até que eu terminei encontrando um lugar para trabalhar. Porque eu já estava decidido a ir trabalhar fora do país. Tinha uma boa oferta nos Estados



Unidos e tinha uma oferta em Moçambique. Três ou quatro ofertas. Aí a Silvia disse: “Não vou. Você vai sozinho”. Eu não podia dizer que não, né? Não ia deixar, porque tínhamos dois filhos na ocasião. Aí fui a várias faculdades particulares para dar aula aqui. Uma delas foi a Unip, essa universidade que é grande hoje, do Di Genio. Fui dar aula de jornalismo comparado na Unip. Em 15 dias, os alunos adoraram minhas aulas, eu acho. Na terceira semana, eu sou chamado na diretoria, aí um dos assessores lá do Di Genio, um dos assessores dele, disse: “Olha, lamento muito, mas veio aqui uma ordem do II Exército que você não pode dar aula”. Eu era considerado perigosíssimo para a segurança nacional. Aí eu fiquei muito tempo sem conseguir nada. Na verdade, é uma coisa paradoxal. Eu nunca contei isso, mas vou revelar agora. Eu, na verdade, quando fui mandado embora da USP, só consegui um trabalho. É que eu fiz muitos amigos em São Paulo. Mobilizaram-se e eu fui integrar a equipe do novo governador. Veja que coisa paradoxal. Havia sido designado, naquele tempo, o engenheiro Paulo Egydio Martins, que assumiu a direção do estado. Eu trabalhava num projeto junto com uma turma bem-conceituada. Pagaram bem. Eu fiz um estudo sobre as aspirações metropolitanas de São Paulo para um projeto do governador Paulo Egydio. Depois, não teve desdobramento. Porque Paulo Egydio nomeou secretário de Cultura o Mindlin, e foi quando ocorreu aquele episódio do Herzog. Terminou por aí. Então, eu fiquei esse período sem trabalho, 1974. No começo de 75, encontrei um pastor metodista que havia sido meu colega em Recife, na Sudene. Foi um dos mais torturados lá. Foi preso, muito torturado. Eu pensei que ele tinha morrido. “Eu sei que você está desempregado. E nós aqui temos agora uma faculdade. Você vai dar aula lá.” O nome dele era Dorival Beulke. “Dorival, eles não me deixam dar aula em lugar nenhum.” “Lá eles não vão se meter.” E realmente isso ocorreu. Eu fui contratado para dar aula na Metodista no início de 75, trabalhei três meses, no terceiro mês o reitor me chama. Ele disse: “Eles estiveram aqui e eu expulsei”. Foram dois agentes dessas organizações clandestinas que eles tinham, que não eram oficiais. Aí foi quando eu verifiquei que o negócio era muito mais grave. Era uma Operação Lava Jato que estava sendo feita por funcionários corruptos do sistema de informações. E aí o reverendo Bittencourt, que era membro do Conselho Federal de Educação, disse: “Os senhores se ponham daqui para fora! Isso aqui é a casa de Deus, e quem manda aqui sou eu. Eu sou Deus”, quase dizendo a eles assim. Foi quando eles me deixaram um pouco de mão. O reitor me chamou, disse: “Olha, só vou lhe fazer um pedido: o senhor não fazer proselitismo em sala de aula”. Eu disse: “Professor, eu sempre condenei a direita que fazia proselitismo em sala de aula. O senhor acha que eu vou fazer proselitismo aqui?”. “Não, o senhor tome cuidado.” “Não, senhor, eu só fico aqui se o senhor me der garantia de que eu terei liberdade de ação. Eu escrevi dois livros, já publicados: *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa e Estudos de Jornalismo Comparado*.” Entreguei os livros para ele: “O senhor leia. Se o senhor achar qualquer coisa que compromete a posição da instituição, eu me afasto”. Ele disse: “Tá bom.” Levou os livros. Dois meses depois, ele me chamou: “Olha, eu gostei muito. O senhor pode continuar trabalhando”. E nunca mais foram mexer comigo lá. Três meses depois, ele me chamou, disse: “O senhor vai ser nomeado pró-



-reitor de pós-graduação”. Eu disse: “Mas eu não posso, eu não sou metodista”. Ele disse: “Eu já pedi autorização ao colégio episcopal”. Eu fui o primeiro não metodista a ocupar um cargo lá na Metodista. Então, eu fiquei lá esse período todo. Quando veio a anistia, em 79, fizeram um movimento na USP para eu reassumir. Não só eu, eram cinco professores do departamento de jornalismo que haviam sido demitidos: eu, Freitas Nobre, Thomaz Farkas, Jair Borin... Eram cinco. Então, a universidade fez o seguinte: escamoteou o processo, não reconheceu o que havia ocorrido. Naquele tempo, já não havia mais a cassação preta, havia a cassação branca. Quando eles demitiam com base nos atos institucionais, você tinha direito à aposentadoria, todo mundo ficava com o salário, no bem-bom. E os que eram demitidos depois eram afastados sem direito a nada. Então, quando nós fomos recontra-dos, foi um movimento grande na USP, e não tinha mais jeito: eles tinham que nos recontratar. Em grande parte, também, isso foi motivado pela atitude solidária de alguns colegas, que foram muito consequentes. E havia muita gente que não queria que nós voltássemos, porque todo mundo estava estabelecido no bem-bom, e eu era conhecido na USP como cumpridor das obrigações. Eu não tolerava professor que faltasse aula, essas coisas. E muita gente não queria que nós voltássemos. Então, nós fomos recontra-dos como se não tivesse acontecido nada. Para completar essa história da USP: nesses anos todos, eu fiquei sem ter direito à indenização do Estado. Eu passei cinco anos parado. Para recompor meu salário, eu tinha que trabalhar 40 horas na sala de aula. Era uma loucura aquilo. Quarenta horas na sala de aula. Eu ia para São Bernardo do Campo dar aula. A Silvia ia comigo, eu não dirigia. Ela parava o carro no estacionamento, esperava até meia-noite. As aulas terminavam 11, 11 e meia. Voltava. No dia seguinte, sete e meia da manhã, eu tinha que estar lá de novo para dar aula. Isso, a semana inteira. Mas a USP era um ponto de resistência nosso. Então eu resolvi voltar, e fomos recontra-dos como se não tivesse havido nada.

Quais os nomes das pessoas na Metodista que lhe deram respaldo?

Pois é, foi o reverendo Dorival Beulke que me convidou para dar aula lá. Grande figura, de uma integridade. Ele e a esposa dele. O outro foi o reverendo Benedito de Paula Bittencourt, B. P. Bittencourt, que era membro do Conselho Federal de Educação. Um era Dorival Beulke, era uma pessoa de esquerda, esclarecida. Como eu disse, foi um dos mais torturados no Recife naquela ocasião. Só se salvou porque o Geisel mandou uma comissão investigar lá as torturas do Recife. E tinha um filho de um general, que era colega dele na Sudene. Então, todos esses foram salvos. E o dr. Bittencourt era um homem que não tinha nada de esquerdista. Era um reverendo conservador que tinha dois doutorados: um na Alemanha, outro nos Estados Unidos. Foi quem fundou a Metodista. E, lamentavelmente, terminou sendo expulso de lá por uma greve, manipulação desses grupos de fascistas que estão na esquerda brasileira e fizeram um movimento para afastá-lo de lá, como se ele fosse um autoritário, aquelas acusações todas.



Como surgiu a ideia de fundar uma entidade de pesquisa dedicada aos estudos dos fenômenos da comunicação?

Eu poderia dizer que a ideia de uma entidade que reunisse os profissionais, pesquisadores, o mundo acadêmico da comunicação estava mais ou menos circulando na sociedade brasileira num momento em que o campo da comunicação estava se constituindo no país. Porque nós temos dois momentos na história da comunicação acadêmica: o primeiro é aquele que foi desfragmentado, ou seja, quando, a partir dos anos 40, surgem cursos de jornalismo, de cinema, de publicidade, de relações públicas em instituições separadas; e, nos anos 1970, quando realmente o campo se constitui no Brasil. Essa constituição do campo da comunicação, exatamente agora nós estamos celebrando 50 anos. Ela foi produto de uma ação da Unesco, que procurou estimular o desenvolvimento das comunicações no mundo, principalmente no mundo não desenvolvido – porque, nos países desenvolvidos, isso já existia havia algum tempo. Em julho de 1965, no Rio de Janeiro, na sede da ABI, realiza-se um seminário internacional sobre ensino e meios de comunicação aqui na América Latina. Foram quatro grandes seminários promovidos pela Unesco, tendo como organizador o Ciespal. O Ciespal, não sei se vocês já ouviram falar, é um centro criado pela Unesco em Quito, no Equador, que procura estabelecer uma série de programas destinados a melhorar a qualidade da comunicação que circula na sociedade. Então, em julho de 65, logo depois do golpe militar, houve esse seminário no Rio de Janeiro. Ele é produto da ação de Danton Jobim, que, na verdade, é o grande veículo de conexão entre o mundo acadêmico europeu e norte-americano e o Brasil, porque ele esteve nos Estados Unidos um período, junto com o Pompeu de Sousa, ele esteve na França como professor visitante, ele foi o primeiro brasileiro a publicar no exterior sobre comunicação. Ele publicou nos anos 40, na *Journalism Quarterly*, que era a principal revista da nossa área até então, e depois ele publicou em Paris o livro dele, *Introduction Au Journalisme Contemporain, Introdução ao Jornalismo Contemporâneo*. Então, ele, na verdade, é que fez essas articulações todas. Nesse momento em que isso ocorre aqui, ele está numa posição que eu chamaria de melindrosa. Porque havia sido fechada a Última Hora, ele compra a Última Hora do Samuel Wainer. Não sei se comprou pessoalmente, eu sei que ele assume a Última Hora, depois do período dele todo, famoso, no Diário Carioca. Então, é nesse momento que se cria a necessidade de entidades para dialogar com o Estado. A primeira entidade que surgiu aqui no Brasil foi uma entidade híbrida, entre a sociedade civil e a academia, que é a UCBC, União Cristã Brasileira de Comunicação Social. Ela é fundada em São Paulo, durante um congresso latino-americano de imprensa, e instalada no Rio de Janeiro. Mas muito vigiada pelos órgãos de segurança, porque, naquele momento, qualquer entidade que aparecia no país era considerada suspeita. A UCBC, na verdade, foi esse grande canal de comunicação do mundo acadêmico com a sociedade civil, mas limitada, porque ela era católica. Inicialmente, ela deveria ter sido só católica, mas um dos



membros fundadores, que é o frei Romeu Dale, já conhecendo como se processam as relações sociais na Igreja Católica, disse: “Vamos chamar de ‘cristã’, porque assim os bispos não vão controlar”. Foi claramente isso que ele disse. E ele fez isso com muita humildade e, ao mesmo tempo, com muita sabedoria. Porque, sem dúvida nenhuma, já havia entidades de jornalistas, de rádio, de televisão, de cinema ligadas ao mundo católico. A Igreja Católica sempre teve, no panorama mundial, entidades internacionais e entidades nacionais. Ela tinha de cinema, a OCIC, Organização Católica Internacional de Cinema, tinha outra de jornalismo. A primeira entidade que vai surgir, eu diria, das bases é a entidade que nós fundamos aqui em São Paulo, em 1972. Porque, voltando à ideia do campo da comunicação, ele começa a ser discutido nos anos 1960, mas ele não se firma ainda nos anos 60. São criadas: em São Paulo a ECA/USP, na época Escola de Comunicações Culturais, e a da Universidade de Brasília. E a PUC do Rio Grande do Sul, que tinha a antiga faculdade de jornalismo, ela se transforma para ficar como a faculdade de Comunicação Social, na terminologia da igreja. Então, sente-se a necessidade de um órgão desse tipo, mas, ao mesmo tempo, um temor muito grande, dos professores principalmente, de serem molestados pelos órgãos de segurança, porque tudo foi acompanhado com muita vigilância. Então, quando nós realizamos em São Paulo o maior evento de comunicação que já tinha havido no mundo acadêmico, a Semana de Estudos de Jornalismo, que nós começamos em 69, 70, 71... Em 72, na quarta semana, nós tivemos 1,5 mil participantes, um estouro. Nessa semana, sentindo que havia uma necessidade nas bases, eu convoquei os coordenadores de curso para nós discutirmos a questão de um espaço. Foi criada uma entidade chamada Abepec, que eu deveria presidir. Mas, no dia seguinte à criação dessa entidade e ao término da quarta semana de jornalismo, eu fui processado pelo decreto-lei 477. A recompensa que o Estado me deu foi essa: me processar. E o ministro Alfredo Buzaid manda que se faça um inquérito sumário para me defenestrar da universidade. Isso foi um episódio que eu chamaria dantesco, mas, ao mesmo tempo, também burlesco. Porque o que eles queriam, na verdade, era evitar que eu promovesse esses seminários, reuniões lá na USP, vinha gente do Brasil inteiro. E, nessa quarta semana, veio pessoal da Argentina, do Chile, do Equador, de vários países. Eles diziam que eu estava era fomentando a subversão internacional. Como foi que eles me processaram? Eles levaram ao Ministério da Justiça uma publicação, uma apostila de uma aula que eu havia dado em 1968. Essa aula era sobre a técnica do lide. Eu aprendi com a minha professora de pedagogia do jornalismo, chamada Doris Day, num filme que passou, em que ela professora de jornalismo. Eu fiquei fascinado quando ela chegou na sala de aula, ligou o projetor. Eu digo: “Meu Deus, aquilo que eu pedia às meninas para colocar no quadro-negro, ela já chegava com tudo pronto”. Então eu fui à reitoria e perguntei: “Não tem aqui um projetor de slides?” “Tem, professor.” “Eu quero usar.” “O senhor não pode.” Só o pessoal da medicina era que tinha recursos para ter esses projetores. Então, um velhinho do serviço de almoxarifado da USP disse: “Professor, mas tem aqui um negócio que vai funcionar bem”. Eu disse: “O quê?”. “Um epidiascópio.” Ele foi lá e me indicou uma máquina desse tamanho, que os médicos haviam aposentado no



hospital da faculdade. Projetava as notícias do jornal, não precisava nem fazer fotografia. Aí levei a máquina para lá e passei a utilizar. Quando houve no Rio de Janeiro a famosa Passeata dos Cem Mil e houve uma movimentação no restaurante Calabouço, que era muito conhecido na época, onde os estudantes comiam a preço subsidiado, aquilo que hoje é um real. Naquele tempo, não sei quanto era. Mas a estudantada toda ia comer ali. E morre um estudante, Edson Luiz de Souto, que foi baleado pelas forças em confronto. Eu cheguei na universidade nesse dia. O meu sistema de dar aula de jornalismo era o jornal cabaia. Eu chegava na aula, cada um dos alunos tinha os jornais que eles deviam trazer. Então, fiz toda uma dissertação sobre técnica do lide. Já tinha as minhas aulinhas ali naquelas fichinhas, prontas para passar pelo epidiascópio. Dei a aula, o jornal do dia. Os alunos terminavam a aula e faziam o seguinte: recortavam os jornais, colavam numa folha de papel e faziam apostilas. Essa técnica do lide foi assim. Isso foi em 68. Essa apostila ficou, essa como outras também. Mas essa causou mais interesse. Aqui no país, muita gente pedia para reproduzir. Nós mandávamos. E no exterior também. Então, há um professor que vai estar no congresso da Intercom no Rio de Janeiro, chamado Kaarle Nordenstreng, um finlandês, que era presidente da OIJ, Organização Internacional dos Jornalistas. As publicações que vinham da América Latina, ele mandava transcrever para as línguas – russo, árabe, chinês, não sei quantas línguas, seis ou oito línguas – e distribuía isso no mundo inteiro. Essa da técnica do lide foi uma das que foram distribuídas. Eu não sabia disso, até porque tudo que chegava do exterior o SNI interceptava. Nesse dia da morte do Edson Luiz de Souto, as matérias eram, evidentemente, sobre violência no Rio de Janeiro. Lembrem-se que os jornais eram censurados naquela época. Nada passava que não fosse pelo crivo da censura. Então, como eram as notícias da primeira página, todas elas falavam sobre crimes, violência, ataques etc. Eles instituíram o processo dizendo o seguinte: que eu estava subvertendo, eu era subversivo intencional, eu, subliminarmente, estava combatendo o governo brasileiro. Foi esse o motivo do meu processo no 477. Isso transcorre exatamente no dia seguinte ao que a gente havia criado a Abepec. Eu fui proibido de ir à reunião. Nós convocamos uma assembleia para o Rio de Janeiro. O único local que eu consegui foi a Casa Nossa Senhora da Paz, graças a amigos ligados à igreja. Eu não fui a essa reunião. Então, criou-se a Abepec. A Abepec foi a primeira entidade que surgiu na área.

Associação Brasileira de Pesquisa de Comunicação?

De pesquisa, sim. A primeira acadêmica. A UCBC é um misto entre academia e igreja. Já a Abepec foi criada com uma estrutura que envolvia instituições e pessoas, e não deu certo. Não deu certo porque uma coisa são os professores individualmente, outra coisa são os diretores de faculdade. Começou a haver um conflito na Abepec entre os diretores de faculdade, que queriam controlar, pagavam as cotas maiores, e os professores, que eram mais independentes, pagavam cotas menores. De qualquer maneira, havia um certo diálogo entre essa entidade e o Estado. Ela sobreviveu acho que cinco



anos e terminou se dissolvendo por falta de legitimidade. Quando a Intercom é criada, em 1977, ela é criada nesse vácuo. Aonde nós íamos para discutir questões ligadas à comunicação? Nós íamos à SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, onde não havia área de comunicação. Aliás, onde não havia área de ciências sociais e humanas. A SBPC, originalmente, era uma associação das áreas biológicas, tecnológicas e exatas. Mas a SBPC começou a receber uma pressão grande das outras áreas do conhecimento. Tornou-se o maior evento do Brasil, que era financiado pelo Estado, como acontece em todo o país, e teve que abrir suas portas para as áreas “moles”. Tem as áreas “duras”, hard, e as áreas moles. E, por outro lado, a reunião da SBPC, em que nós iríamos apresentar trabalhos, foi cancelada pelo Estado. Não sei se vocês acompanharam isso. Na verdade, o governo não proibiu. O que ele fez? Em 77, o congresso seria realizado em Fortaleza, no Ceará. Não foi dinheiro, o reitor disse: “Não temos como fazer o congresso aqui. Está cancelado”. Foi um escândalo, a imprensa inteira divulgando isso. Eles não contaram com o fator aleatório: chama-se cardeal Arns. Dom Paulo Evaristo Arns havia sido nomeado cardeal havia pouco tempo. Ele foi à televisão e disse: “Eu convido para fazer o congresso na PUC de São Paulo”. Ele era o grão-chanceler da PUC. As unidades são todas pontifícias. Na verdade, quem está por cima é o cardeal ou o arcebispo da cidade. Ele, então, foi à PUC e disse: “Olha, vamos fazer o seguinte: nós não temos dinheiro, vamos abrir as nossas casas”. Cada aluno e professor da PUC recebia uma pessoa em casa. Ele disse: “Dá tranquilamente para fazer o congresso”. E assim o congresso foi feito – num clima de bastante, eu diria, vibração, porque era uma maneira de resistir àquela onda toda de controle do Estado. Eu fui a esse congresso também, mas fiquei de lado, porque eu já tinha sido cassado da USP e estava como outsider. Então, virou um problema a seção de comunicação: várias pessoas inscritas, mas não tinha quem coordenasse a mesa, porque ninguém queria dar a cara para bater. Aí os meus alunos: “Professor, o senhor já está” – não vou dizer a expressão aqui – “com a cara batida. Presida a reunião”. “Tá bom.” Eu presidi a reunião. Porque qualquer pessoa que presidisse a reunião naquele momento entraria nas listas negras. Eu presidi a reunião e, no final da reunião, eles me procuraram: “Professor, por que não aproveitamos para criar uma entidade da área?”. Eu disse: “Olha, já tivemos essa experiência da Abepec, malsucedida. Fui eu que propus. Mas eu vou fazer o seguinte: eu não vou tomar mais a iniciativa”. Primeiro, porque eu estava fora do sistema. Eu estava proibido de dar aula, fazer conferência em qualquer instituição pública do país. Em segundo lugar, porque era realmente muito desgastante isso, você assumir essas lideranças. Eu já tinha vindo do Nordeste para São Paulo. Eu, no Nordeste, participei da vida política, trabalhei com o governo Miguel Arraes. Foi nesse momento, quando eu entrei para o jornalismo e para a universidade, eu verifiquei que eu tinha que escolher uma coisa: ou fazia política, ou fazia atividade de comunicação. E optei, evidentemente, pela academia. Eu acho que é incompatível você ser um político militante e um professor competente. Como cidadão, sim, mas eu nunca me envolvi, depois que eu cheguei aqui em São Paulo, com qualquer entidade de natureza política. Tanto que a minha vida aqui foi vasculhada durante anos. Eu recebi



os papéis do Dops. Eles acompanhavam, desde a manhã, da hora que abria a porta lá de casa, eles davam conta nesses processos do Dops. Então, eu digo: “Vou fazer uma consulta, não vou tomar a iniciativa de fazer uma entidade para, depois, eu carregá-la nas costas”. Fiz uma consulta nacional, o pessoal reagiu bem. Então nós convocamos uma assembleia, que foi feita no dia 12 de dezembro de 1977, na Faculdade Cásper Líbero, onde eu estava dando aula naquela época. Eu tenho um histórico de entrada e saída da Cásper Líbero, fui demitido lá três ou quatro vezes. Então, em 77, eu tinha voltado para a Cásper Líbero, estava dando aula lá. Aí pedi autorização para o diretor para fazer uma reunião com os meus alunos. Eu era professor da pós-graduação. Só que essa reunião com os meus alunos foi a assembleia de criação da Intercom. Ela foi quase clandestina, porque a gente não podia dizer claramente que era uma entidade. Quando a Intercom foi criada, logo em seguida, eu fui advertido e fui demitido. Mas ele não deu autorização para a gente registrar a Intercom com o endereço de lá. O diretor se chamava Eugênio Malanga. Era um desses catolicões de extrema direita, ligado ao mundo das multinacionais, que naquele tempo se chamava de trust. Hoje são empresas bem-vindas ao país. Então, não me deu autorização. O pessoal disse: “O que vamos fazer?”. Eu disse: “Olha, tenho uma solução: eu vou ligar para um amigo meu do Rio de Janeiro, que é Barbosa Lima Sobrinho, e vou tentar com ele”. Havia uma sede da ABI aqui. Eu era muito amigo do dr. Barbosa Lima Sobrinho. Logo que eu comecei a realizar essas semanas na USP, eu o convidei para vir. Na primeira, não consegui trazê-lo. Trouxe Alberto Dines, trouxe várias pessoas. Na segunda, que era sobre liberdade de imprensa, eu consegui trazer o dr. Barbosa Lima Sobrinho. Eu fui ao Rio de Janeiro convidá-lo. Estive na ABI, falei com aquela senhora, secretária do presidente: “Ih, é difícil”. Aí fui lá na Academia Brasileira de Letras tentar falar com ele. Não consegui. Ela disse: “Vem cá, mocinho” – me chamava de mocinho –, “é em São Paulo?”. Eu digo: “É”. “Tenho uma solução que vai ser mais rápida: o senhor liga para a d. Maria José, a esposa dele, que tem família em São Paulo, e convida para ela passar o fim de semana com o dr. Barbosa em São Paulo.” E assim eu fiz. Eu liguei: “D. Maria José”, eu me apresentei, essa coisa toda. “Eu queria trazer o dr. Barbosa Lima Sobrinho, mas desde que a senhora venha junto.” Então, foi nessa semana que eu fiquei amigo do dr. Barbosa Lima Sobrinho. Aí liguei para ele quando foi criada a Intercom.

Ele resolveu a questão da sede?

Eu contei ao dr. Barbosa Lima Sobrinho o problema que nós tínhamos: havíamos criado uma entidade e não tínhamos sede, precisávamos de autorização de um local para dizer que tinha sede. Ele disse: “Pode usar a ABI”. A ABI de São Paulo tinha uma sede na Rua Augusta, 555. Assim foi. Fizemos o registro e foi assim que nasceu a Intercom. A Intercom surgiu inicialmente como uma entidade que

“A Intercom surgiu inicialmente como uma entidade que eu diria semiclandestina”



eu diria semiclandestina, porque qualquer faculdade em que nós fôssemos pedir não daria autorização.

Quem participou dessa primeira assembleia?

Pois é, essa primeira assembleia, nós convocamos todos aqueles que estavam na reunião da SBPC e mais o pessoal que tinha pós-graduação aqui em São Paulo: PUC, USP... Não sei

quantos foram. Um pouco mais de 30 pessoas compareceram nessa assembleia da Cásper Líbero, dia 12 de dezembro de 1977. Foi com esse grupo que nós criamos a Intercom. Mas não foi, eu diria, uma decisão muito tranquila, porque havia algumas pessoas que tinham muito receio de a entidade ser confundida com uma não legal. Eu diria que a nossa retórica era um pouco radical para a época. Vendo agora, 50 anos depois, eu até compreendo que algumas tenham entrado na Intercom e não prosseguiram. Mas conseguimos manter um grupo mais ou menos unido, que ficou durante muito tempo, pelo menos dois anos, com muita diferença de ideias, mas todo mundo se cumprimentando e dialogando. Então, foi feita essa reunião. Começamos a fazer toda semana, aos sábados, à tarde ou de manhã, reuniões do grupo todo na sede da ABI.

As reuniões eram semanais, sempre?

Mais ou menos de oito em oito dias, de 15 em 15 dias. Variava um pouco. Mas, de um modo geral, o grupo forte, que foi o grupo da diretoria, se encontrava com muita frequência. Então, resolvemos fazer um congresso nacional. Convocamos o primeiro para 1978, na cidade de Santos. Mais uma vez, o problema: onde realizar o congresso? Não encontramos nenhuma entidade aqui em São Paulo que nos abrisse as portas. Mais uma vez, fomos recorrer a Carlos Eduardo Lins da Silva, que era da diretoria. Era conhecido do bispo de Santos, dom David Picão, e foi a dom David Picão, que autorizou que a gente realizasse lá. Só que ele tinha muita sabedoria também. Ele disse: “Olha, já vieram aqui indagar que reunião é essa. Então eu vou sugerir o seguinte: vocês façam a abertura no pórtico da universidade. Se quiserem ter tranquilidade, procurem outro local para fazer as sessões, sem divulgar”. Então, o congresso foi aberto no salão nobre da universidade. Eu acho que foi dezembro. Não me lembro, mais ou menos nesse período. Chovia muito. No dia seguinte, então, alugamos um hotelzinho lá na ponta da praia. Um hotel, não vou dizer vagabundo, porque era só de preço mais acessível. Fechamos praticamente o hotel, com 50 pessoas. Fomos para esse hotel e, tranquilamente, realizamos o congresso lá. As pessoas que foram vigiar o congresso só chegaram lá no primeiro



dia; no dia seguinte, não havia nada lá. Não sei o que eles acharam, mas não acharam o congresso. Foi talvez o congresso mais radical que a Intercom já fez: ideologia e poder no ensino de comunicação. Fomos discutir um pacote que o MEC havia lançado para controlar o ensino de comunicação. Então, nós resolvemos fazer o seguinte: quando nós vimos que essa questão do ensino era muito complicada e ainda não tínhamos unidade de ação... Porque havia aqueles que queriam seguir o que o governo dizia, principalmente os donos de faculdade, para se beneficiar; e os outros, que não queriam. Então, nós fizemos o seguinte: “Vamos fazer um congresso de resistência civil”. O clima foi esse. Então: “Nós vamos cumprir tudo aquilo que o MEC está impondo, sem discutir, mas vamos descumprir”. Nós fizemos uma espécie de cartilha contando o que se vai dar na teoria da comunicação. Não era aquilo que o MEC pregava. Porque, naquele tempo, os chamados “currículos mínimos” eram “currículos máximos”, e já vinham com toda a orientação prevista. Não era muito controlado, porque é difícil controlar um professor na sala de aula, mas, se você quisesse pegar alguém que estivesse se desviando, bastava pegar a anotação dos alunos ou gravar a aula. Então, nós fizemos o seguinte: cada um de nós teve a incumbência de trabalhar uma das disciplinas e fazer um programa cumprindo aquilo que não era para ser cumprido. Essa questão da resistência civil foi muito bem-aceita no país inteiro, e nós publicamos o primeiro livro, que não sei se vocês já chegaram a ver: *Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação*. Nós passamos a editar esses livros no ano seguinte. Eu tinha muitas relações com um livreiro aqui de São Paulo, chamado Cortez. Ele, na verdade, era um militar cassado que, para sobreviver, resolveu botar um negócio de livro. Vendia livro de porta em porta, nas faculdades, começou a editar e, hoje, é um grande editor estabelecido. Com o Cortez, nós começamos a publicar os livros. Eles circulavam no país inteiro. Foi aí que a Intercom ganhou força. A partir daí, nós resolvemos fazer todo ano um congresso, numa data fixa, que passou a ser a Semana da Pátria. Era tradição aqui em São Paulo que as faculdades não tivessem aula na Semana da Pátria, exatamente para facilitar os congressos. Só que, aqui em São Paulo, tem a Semana da Pátria e tem a Semana do Saco Cheio. É uma semana em setembro e outra semana em outubro ou novembro. Então, foi assim que surgiu a Intercom. Foi criada nesse ambiente, um ambiente de resistência civil, de organização e de muita reflexão sobre o que estava circulando no país.

Depois da ABI, quais foram as sedes da Intercom?

Durante uns dois, três anos, a Intercom funcionou na ABI. Havia um quatinho lá nos fundos que o dr. Barbosa Lima Sobrinho nos cedeu como secretaria. E tinha o salão, onde a gente fazia as reuniões. Quando a professora Anamaria Fadul se elegeu presidente, achou que era uma indignidade morar no quarto dos fundos e resolveu alugar uma casa, um casarão, lá no Paraíso. E montou a sede da Intercom. Acontece que ela não lembrou que tinha que pagar aluguel todo mês. Então havia meses em que nós todos tínhamos que fazer uma vaquinha e pagar o aluguel, tirar do nosso bolso. Finalmente,



foi quando veio a anistia, essa coisa toda, a abertura política, a USP abriu as portas para a gente. Porque a USP tem um sistema: para toda entidade científica que tiver um presidente que é professor da USP ela cede um espaço. E assim nós nos transferimos para a USP. Logo depois, eu fui eleito chefe do departamento de jornalismo lá, e então ficou, durante muitos anos, funcionando no prédio do jornalismo. E, nos dez últimos anos, ela funcionou num prédio antigo que havia lá, chamado Pavilhão B9. Esse pavilhão tem uma história engraçadíssima. Ele foi feito para ser estribaria da faculdade de medicina veterinária. Como não tinha onde ficar, a ECA ficou uma parte no antigo almoxarifado da reitoria e a outra parte nesse Pavilhão B9. Esse pavilhão foi construído provisoriamente para abrigar os cavalos da veterinária até que tivesse um espaço para eles. Os cavalos, na verdade, nunca fizeram estágio lá. A ECA foi quem se antecipou e ocupou esse pavilhão durante 40 anos. Foi ali que a Intercom ficou até recentemente. Porque é o seguinte: aquele pavilhão foi destruído. Ele foi criado para durar dois, três anos e durou 50. Funcionavam ali todas as entidades científicas e artísticas que tinham presidentes da própria ECA. Nós já tínhamos comprado a sede da Avenida Brigadeiro Luís Antônio, mas estava alugada. Quando houve necessidade de fazer essa transição, o prédio estava alugado. É um conjunto de duas salas que nós temos lá.

Como vocês viabilizaram essa compra?

Nós viabilizamos fazendo uma campanha entre os sócios, quer dizer, todo mundo dava um pouquinho, o congresso deixava uma certa margem. Porque sempre pagamos, no início, todas as despesas. Não tinha ninguém subsidiado. Até hoje é assim. Se não há autorização do CNPq para pagar sua viagem ou a minha, a gente vai ter que pagar do bolso. Por isso que, depois, as agências ajudaram a manter a Intercom. Então, de um modo geral, todo mundo que tem titulação e vai apresentar trabalho está lá naquela lista. Foi com esses recursos que nós viabilizamos. A professora Cicilia Peruzzo parece que promoveu uma série de cursos. Cada sócio dava um curso, não recebia os honorários, e esse dinheiro ficou para comprar a sede. Quando reformamos a Brigadeiro, também compramos esta casa aqui, em Pinheiros. Essa casa aqui foi uma operação que, eu diria, não foi lenta, gradual e segura, mas foi quase. Foi lenta, gradual e insegura. Porque o Golbery não estava mais aqui. Nós compramos essa casa, ela não tinha condições, ainda, de ser habitada – a chamada “galinha morta”. Minha mulher, que gosta muito desse negócio de imóveis, andava aqui pelo bairro e ofereceram: “Não quer comprar essa casa, d. Sílvia?”. Ela disse: “Eu vou falar com uns amigos que estão querendo”. Aí nós viemos aqui, compramos. Aí surgiu a oportunidade de comprar o outro imóvel. Ofereceram também. Porque é o seguinte: esse bairro aqui era infecto, não tinha a presença que tem hoje. Porque estava isso aqui cheio de córregos que não estavam canalizados. Por isso que o Metrô demorou muito a se desenvolver aqui na região. Foi a última estação aberta foi essa daí, no ano passado. Durou muito tempo. Isso aqui, você comprava baratinho. Hoje, é uma fortuna. Nós estamos de olho no prédio



vizinho, porque é um prédio histórico. Sabe quem morou aí? Maysa Matarazzo. A história da música popular brasileira. Então, é isso: a Intercom tem hoje três imóveis. O da Brigadeiro Luís Antônio é usado para seminários. O pessoal insiste muito em alugar, mas eu fiz as contas e prefiro ter o imóvel disponível. O da Brigadeiro Luís Antônio, quando foi alugado inicialmente, foi alugado para um advogado. Esse advogado sublocou para outro. Nós flagramos: ele tinha cinco inquilinos dentro do mesmo espaço. Para conseguir tirar ele de lá foi uma dificuldade. Eu e a Anamaria, pessoalmente, quase que tiramos o sujeito pela gola do paletó e mandamos embora. E ele dizendo que não ia sair. Mas, como nós descobrimos que ele estava subalugando, eu disse: “Vou entrar na justiça”. Ele ficou com medo, saiu de lá, nos entregou, mas estava um lixo. Gastamos 100 mil reais para fazer a reforma daquilo ali. Hoje, está bom. Essa história é a odisséia da sede da Intercom. Na verdade, por isso que esta casa chama-se Casa Anamaria Fadul, porque ela foi a primeira a se preocupar com essa questão da moradia.

Quando surgem as publicações da Intercom? A primeira foi o boletim, não?

Nascem com o boletim. Acho que, em janeiro do ano seguinte, a gente já lançou o primeiro boletim, número zero, que era feito por mim, pelo Carlos Eduardo – era um grupo de quatro ou cinco. Nós datilografávamos, tirávamos em estêncil – era feito em estêncil –, rodávamos e mandávamos pelo correio. Nós mesmos íamos botar no correio. Era uma entidade de tarefeiros, não tínhamos aquela nobreza que os físicos já estavam naquele tempo – com muitos recursos, tinham sede própria, funcionários. Nós, na verdade, fazíamos tudo isso. Onde? Nas faculdades em que a gente dava aula: na Metodista, na USP, na Cásper Líbero... Tudo clandestinamente. Nós estávamos usando recursos que não eram roubados, evidentemente que ninguém ia fazer isso, mas que eram surrupiados. Um colega dizia que ia fazer uma apostila e tirava um pouco mais... Foi assim que a Intercom começou. O segundo congresso foi feito na sede da Igreja Metodista em São Paulo, um local nobre, na Chácara Flora, numa zona que tem aqui perto de Santo Amaro. A igreja tinha lá uma casa de reuniões, e foi autorizado que nós fizéssemos lá. Quem iria imaginar que havia esse tipo de congresso lá? O tema foi comunicação e classes subalternas. As ideias de Mattelart, esses teóricos todos, foram se difundindo no Brasil. No terceiro já surgiu um maior número de pessoas. Foi feito em Itapeverica da Serra, aqui na periferia de São Paulo, numa casa de freiras. E assim foi até, não sei, o quarto ou quinto fizemos com os jesuítas lá na Via Anchieta. Era sempre assim, uma entidade dessas religiosas, que nos cedia. Era interessante porque nós fazíamos, na verdade, uma espécie de internato: fim de semana, vinha pessoal do Brasil inteiro e ali ficava. Criou-se um espírito de fraternidade entre os participantes, diferente das outras entidades, que eram entidades mais frias, mais burocráticas.

Professor, como o senhor definiria a missão da Intercom nesse momento?



Nesse período? Eu diria o seguinte: na verdade, nós a víamos como uma entidade acadêmica discutindo as questões, mas, ao mesmo tempo, com muita fraternidade. Era um grupo mais ou menos fraterno, que pensava diferente mas não se agredia. Nós nos tolerávamos. Essa é uma das coisas da mística da Intercom: ela ser pluralista. Toda vez que tem alguma tentativa de coibir alguém, nós entramos, a turma de fundadores: “Não, todo mundo tem direito de falar”. Nunca foi cortado nenhum tipo de manifestação. O espírito é esse: pluralismo, diálogo, respeito ao outro. Eu diria também que, no começo, muita militância, porque a área estava se estabelecendo no país, não era reconhecida. Tinha essa questão da legitimidade. Então, talvez a primeira missão que a Intercom teve no Brasil foi essa: legitimar a área de comunicação como uma área acadêmica. Até o quarto congresso, nós, intencionalmente, não pedíamos recursos ao Estado. Acho que no quarto. Eu era presidente, disse: “O dinheiro não é do Estado, não é do governo, é do povo, é nosso”. Então, fiz uma visita a Brasília, convidei o diretor da Capes. Eu sei que, pela primeira vez, nós tínhamos um representante do Estado ali. Isso daí foi mal recebido por muitos colegas nossos, que eram mais jovens e mais, eu diria, radicais: “O Estado aqui para quê?”. Aquela ideia da clandestinidade. Nós não éramos clandestinos, mas também não queríamos abrir as portas para todo mundo. Foi o momento em que nós começamos a dialogar com o Estado e dialogar, também, com a comunidade científica internacional. Aprendemos uma coisa que era muito comum naquela época: você criava uma entidade no Brasil e logo ela era legitimada no exterior, porque havia muita solidariedade, pelo fato de estarmos num período ditatorial; em seguida, instrumentalização das relações internacionais para favorecer determinadas pessoas. Então nós não quisemos ter, de propósito, relações internacionais, para não receber nenhum tipo de benesse. Quando começamos a receber convites, nós fazíamos um rodízio: cada vez um ia, voltava e prestava contas do que tinha feito. O boletim é uma fonte para isso, fundamental. E assim foi que nós criamos, depois, um nexos com as entidades internacionais. No começo, o Brasil era representado, nesse período aí, pela Abepec. A Abepec já tinha desaparecido, já não tinha legitimidade, mas tinha um grupinho que recebia os convites e comparecia em nome do Brasil. Eu não sei em que ano nós fomos pela primeira vez. Houve um momento, então, que a Intercom foi convidada a representar, e nós passamos a estar lá. Aliás, foi em 1988, mais de dez anos depois dela fundada, porque naquele período era difícil você sair do Brasil. Para sair do Brasil para um congresso, você tinha que ter autorização do presidente da República, porque todo mundo era funcionário público. Se não fosse publicado no Diário Oficial, você não podia se ausentar do país.



As pessoas iam como se fosse de férias, e não tinha muita consequência. Mas, na Cásper Líbero, eles acompanharam todas as minhas saídas. E, além disso, eu tinha que pagar um imposto. Você tinha que depositar mil dólares, que ficavam na mão do governo. Um ano depois é que ele devolvia esse dinheiro. Ninguém quer isso, tanto que só uma ou duas pessoas compareciam às reuniões internacionais, porque eram pessoas não só gratas ao sistema, mas tinham, na verdade, com que pagar. Então, quem representava o Brasil, por exemplo, na International Association for Media and Communication Research eram os exilados. Fernando Perrone, de São Paulo, estava exilado lá, era quem representava. Até que, em 88, foi realizado em Barcelona, e já tínhamos passado a Constituinte. Porque, até a Constituinte, o Brasil não era uma democracia. Já tinha um governo civil, mas as leis eram aquelas do sistema. Eles fizeram isso de modo bem intencional. Você vê: a anistia. Na semana passada, eu fui finalmente anistiado. Veja que coisa mais estranha. Há 5 mil processos de anistia que estão caminhando lentamente no Ministério da Justiça. Então, essa distensão, como é que ele dizia? Lenta, gradual e segura. Realmente, ainda hoje, nós temos resquícios do governo militar.

O que significou, para o senhor, receber agora essa anistia, tão tardiamente?

Na verdade, recebi com muita galhardia. Eu não fui a nenhuma das reuniões da comissão. Não tinha mais condições, por causa da minha situação de saúde. A primeira vez, foi minha mulher e, na outra, foi meu filho que foi me representar. Eu achei fundamental, porque, na verdade, foi uma grande sacanagem que eles fizeram com esses chamados “cassados brancos”. No começo do golpe de 64, os cassados eram cassados com dignidade, publicado em Diário Oficial. Você é cassado, mas recebe integralmente o seu salário. Fica desocupado, mas pago pelo Estado. Não quer alguém, então você defenestra. O que eles fizeram a partir de um determinado momento? Passava a custar muito caro para o Estado fazer tudo isso. E, depois, esses casos posteriores não eram mais fruto dos AIs – até AI-5. Esses atos institucionais iniciais tinham caráter constitucional. Então, o que eles faziam? Eles criaram um instituto chamado “da cassação branca”: Você é perseguido mas não tem nenhuma indicação. No meu processo não consta nada, nada, nada de tudo aquilo que eu passei aqui – e assim com os outros. Então, eu fiz questão disso porque ficou aquela mancha na minha biografia, como se eu tivesse abandonado, era uma maneira de pressionar você a cair fora. Muita gente foi para atividades civis, comércio, indústria. Então, para mim, isso foi uma reparação, eu diria, mais moral do que propriamente pecuniária, porque eu nem sei ainda quanto eles vão me pagar, porque eles fazem umas contas lá. Eu, na verdade, confesso a vocês que, no começo, não quis nem entrar com a anistia, mas depois, quando vi essas revisões todas, tinha brecha para os cassados brancos entrarem, e eles começaram a entrar. E eu tinha uns alunos meus que eram advogados: “Professor, professor...”. Eu digo até a eles que eu assinei para me ver livre deles. Mas, na verdade, eles foram batalhadores. Tinham um escritório especializado só nisso. Para mim, essa reparação foi importante porque minha



biografia está completa, agora. Porque, desde que eu saí do Recife para cá, eu não tinha atividade política. Realmente, eu resolvi que não iria mais desenvolver atividade. Até porque é o seguinte: eu fui militante do Partido Comunista no período de Pernambuco, mas me indispus rapidamente com a chefatura, porque eu sou muito sério com as coisas. Eu fui ler toda a fundamentação do Partido Comunista. O centralismo democrático só funcionava para pôr as vontades dos chefões de cima para baixo, e eu sempre me rebelei contra isso. Então eu me afastei. Na verdade, não rompi ideologicamente, porque eu continuo alimentando as mesmas ideias. Eu militei nos movimentos católicos, na juventude católica, e na juventude comunista. Eu me afastei, eram iguazinhas. A católica é a mesma coisa. A igreja manda, o partido manda. E eu não gosto. Eu tenho muitos amigos nesses movimentos, mas realmente, depois que eu saí do Recife para cá, não pensei mais em nenhuma atividade política. Isso não significa que eu não tenha me manifestado o tempo todo, tomado posição como cidadão. Tanto que esse processo de anistia lá na USP desapareceu. Foi incinerado, não deixaram rastro nenhum. Mas eu tenho um aluno que é muito cavador. Ele é aluno no Rio de Janeiro, o Guilherme. Trabalhou comigo nesse projeto. Ele foi no Arquivo Nacional e encontrou resquícios desse processo. Porque eu fui absolvido, veja como são essas coisas. Eu sou uma das poucas pessoas que tem atestado de que não era subversivo, o processo tramitou, havia quase 20 depoimentos que foram dados espontaneamente por pessoas que eu não sabia que tinham ido lá. Todas elas iam lá e diziam: “Não é possível, esse rapaz está aqui, mas ele não é...”. Não era aquilo que eles procuravam: um terrorista, um militante. Só agora eu fui ver essa coisa toda. Você veja: eles ouviram quase 20 pessoas de confiança deles, que foram espontaneamente. Os professores de línguas, que diziam que eram de extrema direita. Para mim, não me interessava, eu conversava com todo mundo. “Mas esse rapaz nunca falou sobre política aqui.” O processo, quem decidia era o ministro da Educação. Para evitar golpes baixos nas universidades, a decisão final era do ministro. O reitor Miguel Reale, que criou o processo, mandou para Brasília. Quando chegou no gabinete do ministro da Educação, diz que ele riu, disse: “Não é possível, nós fizemos isso com outra finalidade”. Aí me absolveu. Mas eles pegaram esse processo e passaram para todos os órgãos de segurança, para seguir a minha vida. E começaram a me incomodar. Eu, naquela ocasião, fui adver-





tido. Eu sempre tive uma característica: quando acredito numa coisa, eu vou até o fim. Então, nunca baixe a cabeça para eles. Eu garanto que quem baixou a cabeça foi lá e, com corrupção, limpou a ficha. Ou, então, procurando servir ao sistema. Eu nunca fiz nada disso. Meu pai era maçom, ele tinha contato com a maçonaria do Brasil inteiro. Um dia, ele mandou um portador vir dizer que eu saísse do Brasil por um tempo, porque senão eles iam me apagar. Já estava naquele processo todo da Oban, de Operação Bandeirante. Você vê que, no ano seguinte, o Herzog foi assassinado. Então, eu saí. Peguei uma bolsa de estudos da Fapesp. Não quis pegar bolsa americana, para não parecer que eu tinha ligação com o governo americano. Foi difícil conseguir o visto. Como eu havia sido militante comunista, era difícil, naquela época, ter o visto de entrada. Mas eu sempre contei com muita solidariedade. Teve um professor americano que se responsabilizou por mim, Raymond Nixon, que era um dos grandes luminas do ensino de jornalismo nos Estados Unidos.

Professor José Marques, qual foi o papel da Intercom a favor da liberdade de imprensa durante a ditadura?

O tempo todo, eu acho que quase todos nós que estávamos na Intercom não éramos vinculados aos partidos. Tanto que boa parte dos meus colegas que fundaram a Intercom era do Partido dos Trabalhadores. Eu não aderi ao Partido dos Trabalhadores.

Mas na Intercom houve ações a favor da liberdade de imprensa?

O tempo todo. Na verdade, a Intercom tem uma série de princípios. Ela foi uma entidade semiclandestina nos primeiros tempos, depois ela foi se legitimando como sociedade científica. Ela era muito combatida por alguns grupos que não se identificavam com essa posição de liberdade de imprensa, defesa dos direitos humanos, certos princípios que internacionalmente eram legitimados. A Intercom teve um papel político dos mais importantes no país. Há um livrinho, que foi publicado pelo J. S. Faro, chamado *A Universidade fora de Si*, em que ele mostra essa vocação política da Intercom. Porque a comunicação é uma área que não pode se desvincular da política. Ela não pode se deixar levar pela política. Tanto que nós sempre tivemos um bom diálogo com o Estado e com as diferentes correntes de opinião no país.

E o relacionamento com as universidades?

O relacionamento com as universidades foi, eu diria, assimétrico, porque, nas universidades públicas, nós tínhamos mais facilidade de entrosamento do que nas universidades privadas. As universidades privadas, naquela época, eram muito ciosas de não criar nenhum conflito com o governo. Logo depois da Constituinte de 1988, 89, eu acho que essas questões se regularizaram. E nós começamos



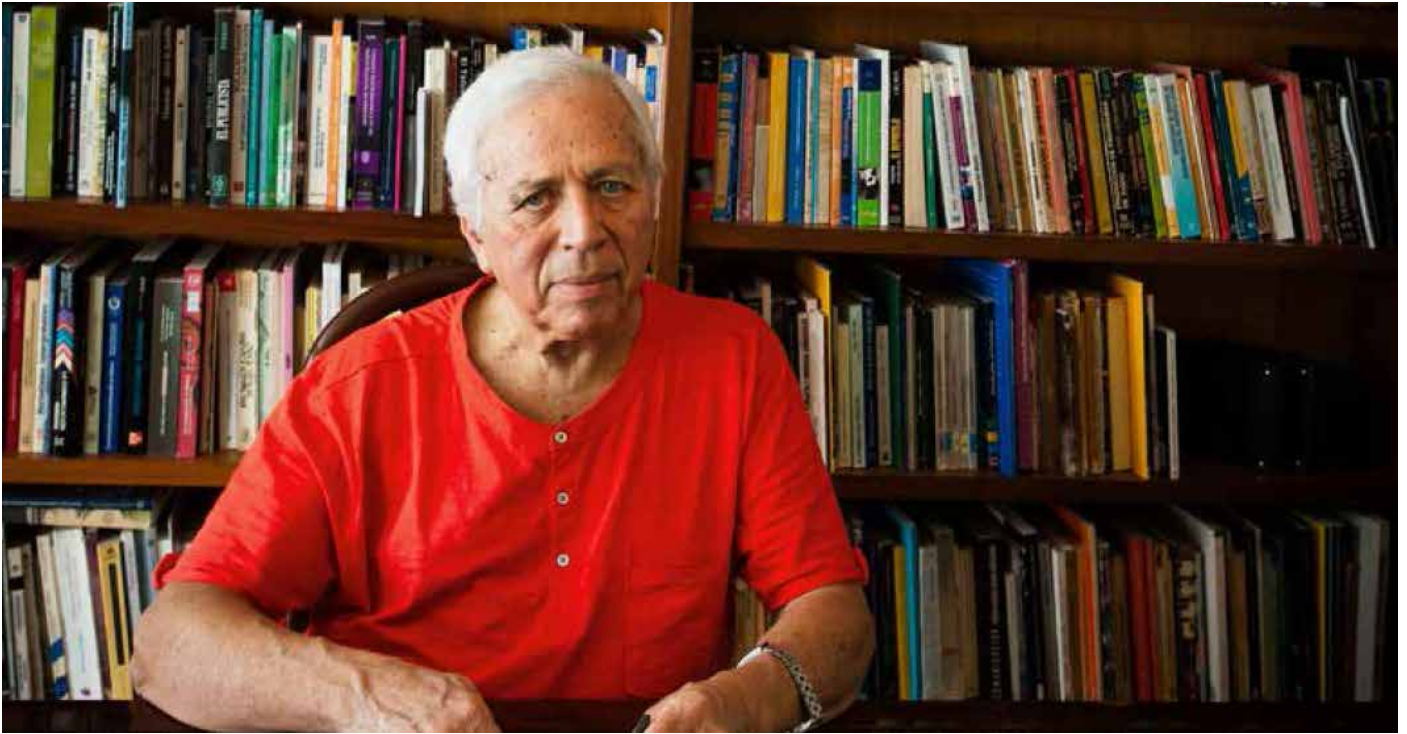
a crescer. Hoje, a Intercom talvez seja a maior entidade acadêmica de comunicação do mundo. Este ano, nós tivemos mais de 10 mil participantes nos eventos. Não tem nenhuma entidade no mundo que reúna essa quantidade toda. Do ponto de vista político, todas as correntes estavam lá, se manifestaram. Eu acho que a grande sabedoria da Intercom é abrir espaço para isso e não deixar que as pessoas usem aquilo ali como um palanque para defesa de seus próprios interesses ou ideias.

Nós já falamos do boletim. E a Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, quando ela foi criada - e por quê?

Pois é, a Revista Brasileira nasce com o boletim. Ela foi se metamorfoseando. Essa é uma trajetória comum nas entidades acadêmicas. Se você vir a mais antiga entidade de comunicação do mundo, é a AEJMC, Association for Education in Journalism and Mass Communication, nos Estados Unidos. Celebrou cem anos há dois, três anos. Eu fui, aliás, homenageado lá. Eu também sou membro dessa entidade. Ela surgiu com o boletim, de boletim se transformou em caderno, de caderno se transformou em *Journalism Quarterly*. Foi a mesma coisa da Intercom. Começou com um boletim, que não eram um boletim novidadeiro. Ele já continha reflexão, já tinha bibliografia. Ele foi se metamorfoseando com o correr do tempo. Quem, na verdade, pode falar da fase da revista é a Anamaria Fadul. Ela foi a segunda presidente da Intercom e, como boa filósofa: “Não podemos continuar” – o problema dela era a estética, ela dava aula de estética dos meios de comunicação – “com esse boletim”. Era um catatau de páginas. Já era uma revista, só que tinha formato de boletim. Então, ela transformou isso num caderno. Foi ela que, na verdade, transformou o boletim em caderno, de caderno em revista, até chegar à forma de hoje, que é uma revista difícil de ler, porque é muito pesada. Eu espero que continue impressa, porque eu sou contra essa história de transformar tudo em on-line. não consigo ler na tela, não me concentro. Vou lá, copio e vou ler com calma. Aí você gasta o dobro.

Professor, até a década de 1980, só havia congressos nacionais. A partir da década de 80, os regionais começaram a existir. O que levou a essa iniciativa?

Isso daí foi uma questão que sempre nos preocupou na diretoria da Intercom. Os congressos começaram a crescer, e era muito difícil conseguir quem quisesse organizar o congresso, porque ele tinha se transformado numa coisa gigantesca. Naquele tempo, eram 500, 600, mil pessoas. Era muita coisa. Então, nós começamos a pensar numa estratégia. Eu, de modo geral, propunha essas coisas, mas via que havia muita resistência. Quando eu propus regionalizar, houve uma resistência enorme. Deixa eu contar algumas das resistências. Primeiro, o seguinte: a Intercom é uma entidade, eu diria, de “sábios”, entre aspas, porque os estudantes não podiam frequentar a Intercom. Eu tive aí grandes arengas, sobretudo com Carlos Eduardo Lins da Silva e Anamaria Fadul, que eram os que lideravam lá, e depois com a Immacolata, sobre a presença dos estudantes. Então, nós começamos a abrir aí



para os estudantes. Eu dizia para eles: “Mas, gente, se você não tem o estudante aqui, quem é que vai, no futuro, tomar conta disso, dar prosseguimento?”. Você tem que ir formando as gerações todinhas. Eu aprendi muito isso nos congressos internacionais que eu frequentava. Desde os anos 70 que eu frequento as entidades internacionais, e você tem estudantes o tempo todo. Cada macaco no seu galho. Eles não vão se aposar. O movimento estudantil era muito aguerrido, muito agressivo, eles tinham medo que a moçada tomasse conta e que eles ficassem de fora. Começou aí, com essa questão dos estudantes, e foi crescendo. Começou-se a verificar o seguinte: estava sendo muito injusto, porque só ia para os congressos o pessoal de São Paulo, Rio, onde tem mais riqueza, e o resto do país não participava. Propusemos fazer regionais. Só que, no começo, eles não eram verdadeiramente um congresso, eram Sipecs, Simpósios Regionais de Pesquisa em Comunicação. Quando eu assumi a presidência da Intercom, uns dez anos atrás, na segunda vez, resolvi, com o apoio da diretoria toda, fazer realmente os congressos regionais. A ideia era descentralizar. Hoje em dia, nós temos uma estrutura profissionalizada. São quase 200 pessoas envolvidas na organização.

Hoje existem muitas entidades de pesquisa na área de comunicação: SBPJor, Alcar, Compós, ABCiber. São inúmeras instituições específicas. Nesse cenário, como o senhor vê o papel da Intercom?

Eu diria o seguinte: a Intercom foi a grande estimuladora dessas novas entidades. Porque, dentro



da Intercom, a convivência não era fácil. Então, essas entidades, quase todas elas, surgiram dentro da Intercom. Eu considero que isso é normal. Nos países mais avançados, a mesma coisa acontece. Você tem entidades gerais da área e tem entidades particulares. Eu não vejo como problema, não, porque, ao mesmo tempo, é preciso estimular a especificidade e a generalidade. As duas coisas estão juntas. Essa dialética é que faz o campo ser bem participativo, porque, nas áreas do conhecimento em que as coisas estão muito tranquilas, está tudo cheirando a mofo. Na Intercom nós não chegamos nisso, está mais para pólvora do que para mofo.

O senhor falou que a Intercom era uma entidade de “sábios” e, depois, foi se abrindo para jovens, para estudantes. O senhor acha que isso está num bom termo agora?

Acho que está. Os estudantes não se filiam porque não têm fidelidade. Eles vão porque têm um trabalho para apresentar. Porque é o seguinte: a Intercom é uma entidade de pesquisadores, não é uma entidade nem de professores, nem de estudantes. Ela é de pesquisadores. Só as pessoas que realmente se dedicam à pesquisa é que permanecem ali. E não é de profissionais, porque, se fosse abrir para os profissionais, estaria uma coisa gigantesca.

Professor José Marques, em 1999 o senhor se tornou membro do conselho curador. Fale um pouco dessa experiência.

O conselho curador é fruto da nossa observação da realidade. Muitas entidades desapareceram, sucumbiram, porque não tinham essa ligação com o passado. Então, a ideia do conselho curador foi exatamente de preservação dos ideais da entidade que estão no estatuto e, ao mesmo tempo, também de abertura para novas atividades, novas áreas do conhecimento. O conselho curador é constituído pelos ex-presidentes. Cada ex-presidente tem assento no conselho. Ele vai aumentando de gestão em gestão. Ele faz uma função que é uma função de conselho consultivo, de fiscalização – ou de tribunal constitucional. Eu acho que o conselho tem mantido uma certa ligação da Intercom com os seus princípios. Nunca houve nenhuma crise entre o conselho curador e a diretoria, porque a gente dialoga sempre com muita tranquilidade. O orçamento, tudo isso é aprovado pelo conselho curador, as contas. Há uma relação de respeito. Se não houvesse, talvez já tivesse havido problema. Há muitas entidades que entram em crise por causa disso: as pessoas entram lá, se locupletam, fazem o que querem, excluem os que não querem. Eu acho que, na Intercom, isso é mais difícil, porque está todo mundo de olho.

E qual é a sua relação com a Intercom hoje?

A minha é excelente. Eu sempre defendi que a Intercom é uma entidade dinâmica. Ela não pode se



converter nem num sacrário, nem também num purgatório. Tem, na verdade, que ser uma coisa que dá prazer. Talvez seja essa a grande diferença da Intercom em relação às outras entidades: é que as pessoas se sentem parte. Nos congressos, todo mundo gosta de ir. É um local em que você se sente bem.

Como se iniciou o processo de instalação da cátedra da Unesco?

Bom, a cátedra da Unesco foi um episódio que eu chamaria de imprevisível. Eu estava num congresso mundial de ciências da comunicação em Bled, na antiga Iugoslávia, aí escuto uma pessoa me chamando, com sotaque: “Professor Marques de Melo, professor Marques de Melo!”. Eu fui lá, era o diretor da divisão de ciências sociais da Unesco. Ele disse o seguinte: “Eu estou aqui com o professor Manuel Parés i Maicas, que é primeiro catedrático Unesco de comunicação e dirige a cátedra de Barcelona. Ele acaba de terminar a primeira experiência, que foi uma professora, Elizabeth Fox, a primeira catedrática de comunicação a ir para Barcelona. Eu estava discutindo com professor Manuel Parés i Maicas quem nós poderíamos convidar. Fizemos uma lista tríplice, está o seu nome aí. E ele disse que tirasse o seu nome, porque o senhor não vai aceitar. O senhor aceita?”. “Aceito.” Na hora eu disse que aceitava. Ele ficou perplexo, disse: “Por quê?”. Eu digo: “Manuel, porque está terminando meu mandato de diretor lá na ECA e não vou continuar na administração pública. Então me agradaria muito essa possibilidade”. Então, passei um período lá, quase um ano, indo e voltando, mas um ano em Barcelona. Tudo começou aí. Eu fui o segundo catedrático Unesco de comunicação lá em Barcelona. E, modéstia à parte, eu fiz um trabalho muito interessante, porque eu cumpri rigorosamente o que a Unesco prescrevia. Além de dar aulas, seminários, você tinha que ser uma espécie de relações públicas da Unesco. Uma vez por semana, eu almoçava ou jantava com alguém que interessava à Unesco. Cumpri isso à risca. Quando terminou esse período, eu voltei para o Brasil. Foi quando eu fui eleito lá para a Metodista. Estava me transferindo da ECA para a Metodista. Um dia, eu estou lá na minha sala, a telefonista recebe um telefonema de Paris, que era Alain Modoux, que era o diretor de relações internacionais da Unesco. Aí o Alain Modoux: “Professor, eu queria lhe dizer o seguinte: nós estamos criando agora um sistema de diferente de cátedra”. Porque as cátedras, antes, eram pleiteadas. Você mandava o processo, isso tramitava durante muitos meses nessas entidades todas, o ministério das Relações Exteriores tinha que dizer que o país aceitava e criava-se a cátedra. E ele disse: “Nós estamos fazendo uma experiência, agora, com comunicação. Vai ser a primeira área do conhecimento em que vamos ter cátedras para convidados, e não para as pessoas que se candidatarem”. “Mas como é que funciona isso?” “São 35 cátedras. Dessas cátedras todas, tem uma para o Brasil, e nós escolhemos você para ficar como catedrático Unesco.” Eu disse: “Olha, Alain, tudo bem, só que há um detalhe aí: eu não trabalho mais na Universidade de São Paulo. Acabo de me aposentar”. Ele disse: “Eu não estou dizendo que a cátedra é da Universidade de São Paulo, a



cátedra é sua. Então, se você vai para outra universidade, se a universidade quiser, pode receber a cátedra”. Eu fui ao reitor da Metodista, professor Anísio, e disse: “Professor, tem essa possibilidade, eles estão dizendo que, se quiserem, instalam aqui”. Ele perguntou quais eram as condições, eu disse: “As condições são as seguintes: vai receber 50 mil dólares para instalar e a universidade fica com a obrigação de manter, durante dez anos, o salário do catedrático e da equipe toda”. A Metodista assinou o convênio. Em seis meses, a cátedra estava instalada. Agora, existem dois detalhes interessantes nessa criação da nossa cátedra que eu queria contar para vocês. São pitorescos. O primeiro: estava tudo pronto, a cátedra já estava autorizada, de repente eles contatam que não havia o placet do governo brasileiro. Você tem que ter o governo brasileiro dizendo que concorda em instalar essa cátedra. Eu perguntei: “Quem dá isso aí?”. “A comissão nacional da Unesco.” “A comissão nacional da Unesco? E onde está essa comissão?” Tive que descobrir. Liguei para uns amigos, eles disseram: “É no Rio de Janeiro”. Aí liguei lá para a Globo, para quem eu conhecia na Globo, no Jornal do Brasil, para os jornalistas amigos. Finalmente, cheguei a alguém que disse: “Essa comissão nacional da Unesco não existe”. Existia, mas era de cooperação educativa, no Itamaraty. Eu tinha 48 horas para dar entrada no processo, senão perdia a oportunidade. Na ocasião, alguém muito conhecido disse: “Você está chamando a pessoa certa, porque eu sou amigo do secretário desse órgão do Itamaraty que dá autorização. Tendo oportunidade, venha para cá”. Eu peguei, fui para o Rio de Janeiro. Não me lembro quem foi. É uma pessoa bem conhecida, eu devo ter anotado em algum lugar. Aí chegamos lá, quando ele soube que era para mim, disse: “Tudo bem, já está autorizado”. Bateu os carimbos na hora. Eu voltei, em coisa de poucas horas, com aquilo que o pessoal, de um modo geral, levava meses pleiteando. Então, foi assim que eu consegui autorização. A segunda coisa: neste processo, apesar de a cátedra ter sido designada para a Metodista, existe um sistema que eles prezam muito, que é um sistema de verificação prévia. Vem um comitê internacional para examinar as condições da universidade. Veio madame Thérèse Paquet-Sévigny, que foi assessora de relações públicas da ONU durante muitos anos e estava trabalhando com a Unesco, estava lá em Montreal; veio o Marco Antonio Rodrigues Dias, que é um brasileiro que era diretor da divisão de educação internacional; e mais três pessoas. Cinco pessoas. Eles visitaram a Metodista, tudo. Aí, de repente, a Paquet-Sévigny me chama de lado: “Professor, eu preciso ir ao toalete. Toalete”. Eu chamei a secretária, disse: “Pega a chave do toalete ali das professoras”. Ela disse: “Não, eu quero ir no toalete comum”. Eu disse: “Esse daqui é muito melhor”. “Não, eu quero ir lá”, insistiu. Minha secretária desceu com ela, foi lá, ela entrou no banheiro comum. Quando saiu do banheiro, disse: “Está autorizada a cátedra”. Eu disse: “Por quê?”. Ela disse: “Porque um diferencial que a gente tem quando vai examinar são as condições de higiene da universidade. Se o banheiro público é conservado assim, imagina como é o das professoras”. Então, são certas coisas que parecem menores mas que refletem muito bem o espírito da instituição. Dois meses depois, eu fui para um congresso na França e ela estava também lá. Foi numa universidade do sul da França. Não vou dizer o nome aqui, para não desacreditar a universidade.



Quando eu entrei no banheiro, nunca vi coisa mais suja no mundo. Eu pensei: “Ela tem razão em usar esse critério, porque se a universidade não cuida bem do banheiro...”. Então, foi assim que a cátedra se instalou. Agora, eu diria o seguinte: que o segredo da nossa cátedra é que é uma cátedra aberta. Tenho autonomia total na universidade: a reitoria nunca interferiu em nada, manteve tudo e está funcionando. E eu tenho inteira liberdade de fazer o que eu quero lá. Então eu faço coisas que, de um modo geral, as pessoas não fariam.

Como, por exemplo?

Por exemplo, manter essa grande quantidade de redes que eu criei. Porque eu acredito muito nos jovens, os jovens têm muita capacidade de realização e estão precisando de espaço. Então, sempre que me aparece algum projeto, se eu vejo que é razoável, eu trato de incentivar. Nunca podei ninguém. O que é difícil é dinheiro, porque a Unesco não tem mais dinheiro, a universidade está em dificuldade. Então, eu vou me mantendo de acordo com as possibilidades do momento. Estou quase em liquidação, mas não vou dizer para ninguém que estou. Porque ela está fazendo 20 anos esse ano. Como eu estou doente, disse para o reitor: “Quando quiser, pode me mandar dizer, que eu pego meu chapéu e vou embora”. Ele disse: “Não, o senhor vai ficando por aí. Enquanto o senhor aguentar, vai mandando brasa”. Semana passada, eu estive lá: “O senhor não quer me mandar embora, não?, já que tem esse negócio de demissão voluntária”. Ele disse: “Professor, eu não posso mandá-lo embora aqui da universidade. É mais capaz de eles me mandarem embora do que mandar o senhor”. Eu digo: “Então, pronto”. Agora, tem alguns colegas lá que são cruéis. Um dia, eu estava numa reunião, nós somos um grupo que tem pessoal de mais idade e pessoal mais mocinho. Aí eu ouvi aquela conversa: “Quando é que esses velhinhos vão embora daqui?”. Eu disse: “Olha, meu filho, ainda vou pegar na alça do seu caixão, viu?”.

Qual é a relação do senhor com a Alaic?

Pois é, a Alaic é uma entidade criada no início dos anos 1980, na Venezuela. A Alaic foi criada para ser uma espécie de vitrine que esperavam que, depois, pudesse ser desmontada. Porque, para existir um congresso num país, a Unesco exige que haja uma entidade nacional. Então foi criada a associação venezuelana. Depois, eles convocaram uma reunião lá, criaram a Alaic. Só que a Alaic foi criada num sistema pouco operacional. O primeiro presidente foi Luis Anibal Gómez, um venezuelano, que adoeceu. Passou para o vice-presidente, que era Jesús Martín-Barbero. Barbero tem pavor desse negócio de burocracia de entidade, passou adiante. E ela ficou um período quase hibernando. Até que fizeram uma reunião em Lima, no Peru, e disseram: “A reunião está muito boa, mas tem essas duas feras aqui, Elizabeth Fox e Patricia Anzola, que vão ser presidente e vice-presidente”. Então, assumiram. E ficou algum tempo hibernando, até que, em 88, já fazia quase dez anos e a Alaic existia



só porque Patricia Anzola, filha de uma família bem abonada, podia pagar passagem para os eventos. Ela comparecia, parecia que a entidade estava viva. Então, resolveram fazer um renascimento da Alaic. Convocaram uma reunião com todos os latino-americanos que estavam em Barcelona. Nesse dia, eu não estava, tinha um compromisso qualquer. Estava até com a Anamaria Fadul e o Perrone. Não sei onde nós estávamos. Quando nós chegamos na reunião, que já era mais ou menos uma hora da manhã, eu encontrei um ambiente etílico no ar. Todo mundo bêbado lá. Aí disseram assim: “Professor, que bom que o senhor chegou aqui agora”. “Por quê?” “Porque o senhor acaba de ser eleito presidente da Alaic.” Minha relação com a Alaic começou aí. Eu disse: “Como é que é isso?”. “É que nós estamos com dificuldade. Achamos que o Brasil é o único país que tem condições de abrigar a Alaic.” Eu digo: “Olha, vocês estão todos bêbados, mas eu não estou. Eu estou lúcido. Então, é o seguinte: eu não vou dizer ‘não’, porque vocês estão passando para o Brasil. Eu quero que vocês me deem um período. Eu vou ao Brasil, vou consultar a Intercom”. Eu vim de Barcelona, fui ao congresso da Intercom, que estava se realizando em Viçosa – naquela ocasião, a professora Margarida Kunsch era a presidente –, fizemos as consultas e acharam que valia a pena. Então nós trouxemos a Alaic para cá. Na verdade, refundamos a Alaic. Ela não tinha estatuto, não tinha nada funcionando. Aí fizemos o estatuto. Ficou aqui, eu acho, até 92, quando eu resolvi fazer alguma coisa que, naquela ocasião, não era de muito bom tom. Por quê? Porque diziam que a Alaic era uma “amigocracia”. O Robert Wright, que é um pesquisador norte-americano, dizia que essas coisas na América Latina têm “amigocracias” e “inimigocracias”. Então, a Alaic seria uma sociedade de amigos. Eu digo: “Eu acho que isso aí é uma boa imagem, porque, quando a gente é amigo, você tem confiança”. Resolvi, então, fazer o seguinte: a Alaic criar essa “amigocracia” bianualmente, de dois em dois anos fazer um congresso. Todo mundo vai, se encontra e toma as decisões. E até agora tem funcionado assim: de dois em dois anos. Fizemos o primeiro congresso aqui em Embu-Guaçu. Ali, tínhamos o quê? Umas cem, 200 pessoas presentes. Refundamos, fizemos o estatuto, publicamos um boletim, que depois se transformou em revista, seguindo o caminho da Intercom. O segundo presidente foi um mexicano chamado Enrique Sánchez. Ele ficou três, quatro anos. Aí passou para um peruano chamado Luis Peirano, que é uma figura interessante. Até recentemente, era ministro da Cultura do Peru. Ele também é dramaturgo. Várias vezes, eu fui a Lima, fui assistir aos espetáculos que ele estrelava no teatro mais nobre lá de Lima. Quase que ela se desmilinguiu, a Alaic, porque o pessoal não levava muito a sério a parte formal. Ainda bem que havia sido registrada no Brasil, e nós continuávamos aqui mantendo a Alaic. Aí assume a professora Margarida Kunsch, que foi, na verdade, a responsável pelo ressurgimento da entidade. Ela ficou presidente acho que uns cinco anos ou mais. E agora acho que está numa fase muito boa, porque tem uma nova geração, com novas propostas. O segredo dessas entidades é: se elas não se renovarem não vão adiante. Tradição é bom para você cultuar, mas não destruir o que está funcionando.



O senhor foi fundador da Alcar também.

Pois é, eu sempre tive predileção pela história. Só que a história da comunicação no Brasil vem sendo mal contada até agora. Agora, pelo menos, ela está funcionando de alguma maneira. No fim dos anos 80, 90 do século passado, eu me dei conta de que a maioria das escolas havia eliminado a disciplina História da Imprensa, ou História do Jornalismo, ou História da Comunicação. Não só isso: estava eliminando toda a parte de história. Quando eu me formei na Universidade Católica de Pernambuco, eu fiz história antiga, medieval, moderna, contemporânea, Brasil, América Latina. Nós tínhamos cinco, seis cadeiras de história. Sem história, nenhum jornalista pode se alimentar. Eu acho que foi uma das coisas que mais me ajudaram. Eu verificando, então, no final do século passado, a maioria havia cortado isso. Tinha tecnologia A, B, C, tudo que era de apertar parafuso. Agora, não tinha equipamento. Não sei como eles ensinavam se não tinha equipamento. Eu disse: “Não é possível. Sem história, ninguém pode ir adiante. Se não conhece o passado, não pode analisar o presente nem prever o futuro”. Aí resolvi fazer essa campanha. Foi uma atitude que eu tomei. “Vou ver agora se tem algum eco.” Porque eu também não gosto de fazer as coisas sozinho. Você tem que deslanchar e entusiasmar as outras pessoas para fazerem. Então resolvi fazer o seguinte: fui à ABI no Rio de Janeiro e falei com o Fernando Segismundo, presidente. Pedi autorização dele: “Olha, eu quero fazer isso assim”. Ele gostou da ideia, disse: “Eu quero participar também”. Aí fizemos uma convocação, pela internet já: quem quisesse participar, que fosse ao Rio de Janeiro.

Foi a primeira reunião?

Eu fiquei impressionado: encheu de gente lá. Foi preciso aumentar para a outra sala, ir aumentando. Tinha acho que umas 30 pessoas participando da reunião: “Esse negócio vai funcionar, vai dar samba”. O que teve talvez a Alfredo de Carvalho como um motor que deu certo? O fato de não se institucionalizar de início. Quando você cria uma entidade com muita burocracia, as pessoas ficam preocupadas só se o estatuto está funcionando, se não está. Então, no caso da Alfredo de Carvalho, foi isso. Fizemos um movimento. Esse movimento tinha um encontro anual, que já faz dez anos que fazemos. E aí voltou: quase todas as escolas, hoje, tem história. O volume de pesquisas de história aumentou razoavelmente. Acho que não tem volta. Isso é uma coisa que Alfredo de Carvalho, na verdade, fez no começo do século passado, com aquela pesquisa. Ele conseguiu fazer o inventário da imprensa toda, só não pôde evitar os dissabores no meio do caminho. Porque aquilo ali, antigamente, era publicado como um número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Imprensa Nacional. Os originais da Bahia para baixo desapareceram. Só tem a memória até a Bahia.

Como surgiu a ideia de formar o Colégio dos Brazilianistas?



Essa ideia surgiu já há algum tempo, a gente vinha tentando no acerto-erro organizar a relação do Brasil com as comunidades científicas dos países mais desenvolvidos: Estados Unidos, França, Itália, Alemanha. E tem sido muito difícil. Então, eu resolvi propor uma solução alternativa, que é começar com uma estrutura que o nosso amigo Robert Wright chama de “amigocracia” e, depois, partir para essa institucionalização país a país. Então, esse Colégio dos Brazilianistas é uma tentativa de juntar todos aqueles cientistas que são amigos do Brasil e, com eles, a gente começar a dialogar e ser tratado de igual para igual, porque eu acho que as relações internacionais na comunidade acadêmica são muito desniveladas. De um modo geral, a gente se relaciona como se eles estivessem no alto, nos píncaros da glória e nós estivéssemos no derrotismo total. É preciso, então, dialogar com pessoas que tenham sensibilidade, capacidade empática para entender os nossos problemas, e caminharmos juntos, e não baixar a cabeça sem necessidade. Tem que ser uma relação de respeito mútuo e de colaboração. É isso que a gente está tentando fazer no colégio.

Como foram escolhidos os brazilianistas?

Na verdade, eles não foram escolhidos. Eu fiz uma lista, inicialmente, de 50 pessoas. Depois, essa lista foi aumentando, já está quase em 120. Caso se interesse pelo Brasil e tem colaborado com as nossas atividades, pode entrar no colégio. O que precisa ter é uma espécie de um correspondente aqui no país, ou um partner, ou um afilhado, ou um padrinho que ajude esse diálogo. É impossível fazer um diálogo de 120 pessoas de uma direção só. Então, eu chamei de “brazilianautas”, são aqueles que – o frei Caneca já usava os argonautas na sua época – vão fazer a pilotagem da nave espacial.

Qual é a contribuição desse diálogo para a área de comunicação no Brasil?

Pois é, não dá para a gente avaliar qual vai ser o impacto. Eu espero que seja, na verdade, um canal aberto para nós lidarmos mais com pessoa do que com instituição. É difícil essa coisa internacional, porque passa pelo Estado e pela universidade, que têm interesses. Os pesquisadores, isoladamente, eu acho que têm mais liberdade de ação e mais capacidade de compreensão, porque passa exatamente pelo pessoal, pelo sentimental, pelo afetivo.

Como o senhor avalia a pesquisa de comunicação, hoje, no Brasil?

Avalio como uma casa de sogra: todo mundo manda e ninguém se entende. Acho que está muito bem, porque as sogras, de um modo geral, sabem cozinhar muito bem, mas acontece que está faltando um pouco mais de bom senso. Está havendo uma atomização muito grande, cada um pesquisa o que quer. Você não tem, hoje, uma visão de conjunto de como vai a pesquisa de comunicação no Brasil. Eu acho isso muito ruim. Todo país que se preza tem que ter alguma diretriz. Eu defendo



sempre que deve ter uma diretriz. Primeiro, nacional: deve ser fixada pelo Estado. O Estado, afinal de contas isso é uma democracia, deve ter prioridades. No Brasil, não há prioridades. No Brasil, funciona o sistema de balcão. Você vai lá: se você for bem recebido, você ganha financiamento; se não, você não ganha. O financiamento devia ser coordenado por uma instituição, para coisas relevantes. Tem coisas que interessa financiar, tem coisas que não interessa. Por outro lado, também, essa nova geração que está agora na direção da pós-graduação é muito individualista: cada um por si e Deus por ninguém – porque o pessoal não acredita mais em Deus. Então, a situação está meio difícil. O que eu acho que está precisando é fazer de novo, periodicamente, como todo país faz, de 20 em 20 anos, quais são as tendências e, a partir daí, discutir o problema. Por exemplo, agora, este ano mesmo, em novembro, eu estou querendo fazer no Pens@com isso. Vou começar pela historiografia da comunicação no Brasil, história da história, para a gente ter uma ideia do que está acontecendo, o que está se conhecendo, o que falta conhecer. Senão, você não avança. Há coisas excelentes individuais, mas, no conjunto, não se conjunam. Precisa ter o geral e o particular.

Professor, como o senhor avalia um projeto como este, de memória, que está sendo feito na Intercom?

Eu acho ótimo, contanto que entre logo em funcionamento. Esse negócio de fazer memória para deixar para os descendentes...

